





PERSPECTIVAS TRANSVERSAIS









FRANCISCO DAS NEVES ALVES

IMPRENSA PORTUGUESA E BRASILEIRA: PERSPECTIVAS TRANSVERSAIS





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista - Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa) Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

IMPRENSA PORTUGUESA E BRASILEIRA: PERSPECTIVAS TRANSVERSAIS



- 123 -











Lisboa / Rio Grande 2026 Ficha Técnica

Título: Imprensa portuguesa e brasileira: perspectivas transversais

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 123

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1912.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa Biblioteca Rio-Grandense Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN - 978-65-5306-066-1

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

ÍNDICE

O golpe de Estado de novembro de 1891 no Brasil sob a óptica da imprensa portuguesa / 9

A transição monarquia – república brasileira na perspectiva de um semanário português / 55

O ultimato britânico sobre Portugal em 1890 no olhar de duas publicações ilustrado-humorísticas brasileiras: brevíssimo enfoque / 73

O País e a efeméride do 5 de Outubro / 93

O GOLPE DE ESTADO DE NOVEMBRO DE 1891 NO BRASIL SOB A ÓPTICA DA IMPRENSA PORTUGUESA

Aquele império tropical, única monarquia no horizonte republicano do continente americano, despertava certo interesse por parte da imprensa europeia e, muito mais acentuadamente, da portuguesa. Fossem as identidades culturais e históricas, o saudosismo pelo paraíso perdido da época colonial desde a independência em 1822, os interesses político-ideológicos e econômico-financeiros, ou a forte presença de uma colônia lusa em terras brasileiras, fatores não faltavam para que as informações oriundas do Brasil estivessem afinadas com o gosto dos leitores de jornais lusitanos. Nesse contexto, a queda da forma monárquica de governo, ocorrida a 15 de novembro de 1889, desencadearia uma profusão ainda maior da presença brasileira junto às publicações periódicas portuguesas, num verdadeiro boom jornalístico através da edição de incontáveis matérias noticiosas e/ou opinativas sobre o assunto.

A proclamação da república brasileira e os fenômenos a partir dela advindos foram observados em Portugal sob o prisma dos mais variados gêneros e estilos jornalísticos, estabelecendo-se construções discursivas de múltiplas facetas e modalidades, através de profundos editoriais, rápidas notas, copiosas seções telegráficas, incisivos ou amenos comentários, investigativas entrevistas, jocosas e ácidas pasquinagens e humoradas caricaturas, entre tantas outras formas de reação. Em linhas gerais, o jornalismo luso orientou-se em direção a algumas vertentes básicas, caso daqueles jornais que olhavam para o Brasil e viam a realidade portuguesa, adotando uma postura política acentuadamente republicana ou monarquista, ou daqueles periódicos que buscavam manter a primazia do caráter noticioso, através de uma propalada

neutralidade, ou ainda a pequena imprensa que, em geral, apresentava os acontecimentos por um viés mais crítico, por vezes embasado na ironia e no humor.

O título "Os acontecimentos do Brasil" passaria a ser um dos mais recorrentes no seio do jornalismo português desde aquele novembro de 1889 e a cada uma das crises enfrentadas pela jovem república a partir de então. Dentre os jornais que optaram por uma construção discursiva calcada no conteúdo político-ideológico, desde os primeiros momentos, já se poderia observar um encaminhamento dicotômico e maniqueísta. Para as publicações lusas de cunho monárquico, a proclamação da república brasileira fora considerada como um verdadeiro desatino e uma inaceitável traição ao imperador D. Pedro II, já os periódicos de natureza republicana não pouparam esforços para festejar a mudança na forma de governo brasileira, apontada como a conclusão natural de um devir histórico coadunado com uma América republicana. Valia para tais jornais uma versão espelhada dos fatos, uma vez que, ao informar/comentar sobre o Brasil, estavam em verdade observando o próprio contexto político português, desejosas as folhas monarquistas de manter o status quo, ao passo que as publicações republicanas pretendiam recrudescer a luta pelos ideais antimonárquicos.

A partir da instauração da república, desenvolveu-se profundo conflito discursivo na conjuntura do jornalismo luso, digladiando-se, às vezes ferozmente, monarquistas e republicanos. Para aqueles, o Brasil entrara numa época de incertezas, com ameaças constantes de rupturas institucionais,

desmembramentos e guerras civis. Já para estes, a jovem república finalmente iria marchar firme em direção ao progresso, harmonizada com os vizinhos americanos. A cada crise que a nova forma de governo brasileira enfrentava, acirrava-se tal confronto discursivo, vendo os monárquicos a confirmação de seus escatológicos vaticínios e os republicanos lutando para suavizar o quadro de dificuldades, reduzindo os possíveis impactos a simples correções dos trajetos da nova institucionalização. Quando em novembro de 1891, o primeiro presidente da república, marechal Deodoro da Fonseca, não satisfeito com a tradicional divisão de poderes entre executivo e legislativo, intentou perpetrar um golpe de estado, fechando o congresso para passar a governar novamente de modo ditatorial, desencadear-se-ia a primeira grande crise da república brasileira. As fortes reações acabariam por levar à queda de Deodoro com a ascensão do seu vice, o marechal Floriano Peixoto, que governaria sob verdadeiro estado de exceção, tendo em vista o agravamento da crise.

O golpe de Estado de Deodoro acabaria por servir de mote fundamental para o jornalismo português, qualquer que fosse o gênero ou o norte editorial do periódico, num quadro pelo qual as folhas engajadas político-ideologicamente não perderiam a oportunidade para se manifestar, com as republicanas colocando panos quentes sobre a crise e as monárquicas considerando que naquele momento se materializavam suas previsões pessimistas para com o Brasil sob a forma de governo republicano. Naquele final de século XIX, a imprensa portuguesa passava por uma fase de expansão quantitativa e qualitativa, circulando os mais variados tipos de jornais, desde os tradicionais

diários, os semanários regionais, os caricatos, os pasquins e representantes de determinados segmentos socioeconômicos, entre outros. O grande destaque era a capital Lisboa, detentora do maior número de publicações e secundada pela cidade do Porto, mas o jornalismo espalhava-se pela maior parte das localidades ao longo do território nacional¹. O debate entre a imprensa monárquica e republicana por ocasião da crise brasileira de 1891 pode ser observado a partir do estudo de alguns jornais diários lisbonenses e portuenses.

.

¹ A respeito da evolução histórica do jornalismo lusitano, observar: ALVES, Luís Alberto Marques. Subsidios para a história da imprensa em Portugal. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1983.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Mouvement de l apresse périodique em Portugal de 1894 a 1899. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; CUNHA, Alfredo da. Relances sobre os três séculos do jornalismo português. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. O jornalismo português: resenha cronológica. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. Jornais e revistas portugueses do século XIX. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001-2002.ROCHA MARTINS. Pequena história da imprensa portuguesa. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). História da imprensa. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 351-396.; TENGARRINHA, José. História da imprensa periódica portuguesa. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.; TENGARRINHA, José. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.) Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3. p. 246-273.; e TENGARRINHA, José. Imprensa e opinião pública em Portugal. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2006.

"As desgraças trazidas pela república ao Brasil": as reações da imprensa monárquica

A imprensa de matiz monárquico não perderia a oportunidade do golpe de estado perpetrado pelo primeiro presidente para tecer ferrenhas críticas à nova forma de governo do Brasil. Até mesmo algumas das publicações que, em 1889, haviam optado por uma moderação na abordagem do tema ou buscaram manter certa neutralidade informativa deixariam transparecer uma inspiração monarquista e viriam também a censurar os acontecimentos políticos brasileiros. Os pontos de ataque à república foram mantidos, renovados ou ainda outros viriam a ser lançados à leitura do público, entre eles, a premissa de que aquela forma de governo não servira ao Brasil; a perspectiva maniqueísta entre monarquia e república; a lição histórica que a conturbação no cenário brasileiro estaria a trazer acerca dos malefícios do regime; a crise financeira; os riscos da desintegração, do separatismo e da guerra civil; os reflexos de tal situação em Portugal e o conflito discursivo sustentado com as folhas republicanas portuguesas³.

No início de novembro, o *Comércio de Portugal* referia-se às notícias de graves acontecimentos políticos, ocorridos no Brasil, explicando de modo crítico que ainda não havia dois anos que uma revolta militar derrubara um trono, quando meia dúzia de ambiciosos triunfantes expulsara o chefe legítimo da nação, e, depois disso, quantas desgraças já tinha a história daquele grande e

ilustre povo a registrar. Vaticinava o jornal que, se no coração generoso e magnânimo do príncipe banido pudesse haver o sentimento do despeito e o desejo da vingança, como ele se teria consolado vendo, após a sua queda, cair uma por uma todas as liberdades públicas e rasgarem-se, pela imprudência e incapacidade dos homens, os títulos gloriosos das mais honrosas tradições que davam a esse povo direito aos respeitos e à consideração dos estranhos. Mas fazia a ressalva de que se dava o contrário, pois, de toda a numerosa família brasileira, ninguém sentia mais do que aquele herói e mártir as desgraças da pátria querida².

Retomando as previsões negativas quanto ao futuro do Brasil, estabelecidas ainda à época da proclamação da república, o periódico lisbonense noticiava o golpe de estado de Deodoro e comentava que assim vinham se realizando as profecias daqueles que, conhecendo o caráter do povo brasileiro e receando a influência dos povos vizinhos, anunciavam a nova república destinada à triste sorte de todas as repúblicas da América do Sul, onde a lei parecia ser incompatível com a liberdade e a liberdade com a ordem. O recado às folhas republicanas já se fazia sentir nas páginas do *Comércio de Portugal* ao anunciar que não deixaria de fazer sentir àqueles que procuravam alterar o estado de coisas na nação lusa e pensavam poder fazer a fortuna lançando o país no caminho das aventuras, pelo qual era fácil passar, como estava sucedendo no Brasil, ou seja, com a passagem do sossego à revolução e da liberdade à ditadura. Segundo o jornal, para isso não valeria realmente a pena

-

² COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 13. N. 3.690. p. 1.

abalar uma sociedade desde os seus alicerces, lançar um país nos horrores da guerra civil e fazer de um povo honrado e benquisto o escárnio e o desprezo de todas as outras nações cultas³.

O Dia, apesar de tentar deixar transparecer certa postura moderada, acabou por também demarcar sua inspiração monarquista. Sob o título "Crise no Brasil", o jornal descrevia a dissolução do congresso, a promulgação da lei marcial e a adoção de parte do presidente da república de faculdades discricionárias para si mesmo, fatos que constituiriam circunstâncias que, no caso de serem verdadeiras, revelavam uma situação geral muito mais grave. Na concepção da publicação lisboeta, se o presidente tivesse passado de chefe do estado para caudilho de uma facção, mais ou menos numerosa, mais ou menos aventureira, não seria difícil prever as deploráveis e desastrosas consequências que poderiam advir de uma tão irrefletida audácia4. Na mesma linha, O Economista fazia referência a estarem ocorrendo no Brasil fatos de suma gravidade⁵ e o *Diário Popular* noticiava os acontecimentos graves ocorridos na jovem república6. Sustentando sua posição monarquista, o Diário Ilustrado informava que, na república brasileira, o marechal Deodoro dissolvera as câmaras e dirigira um manifesto ao país, estando a esperar pormenores sobre o assunto, mas fazendo a ressalva de que o parlamento brasileiro fora eleito depois de um ano de ditadura, e quando os jornais do Rio publicaram a lista dos

³ COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 13. N. 3.690. p. 1.

⁴ O DIA. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.292. p. 1.

 $^{^{\}rm 5}$ O ECONOMISTA. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.048. p. 1.

⁶ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.802. p. 1

eleitos, acentuaram que nenhum deles era monárquico⁷, buscando claramente demarcar os culpados pela crise que agitava a nação tropical.

A lembrança dos vaticínios lançados em 1889 era também realizada pela publicação diária Portugal, ao lançar o comentário de que o Brasil, havia dois anos, dera em terra com o império, através de uma cabala política explorada pelo ardor democrático de alguns alunos das escolas militares, momento no qual, de todos os lados surdiram profecias das horas tristes que o futuro reservava à recém- vinda república. Na concepção da folha, os fatos iam desgraçadamente dando razão aos pessimistas, de modo que os acontecimentos eram apenas o prelúdio do que se sucederia, tendo chegado o momento das reivindicações autonomistas das províncias mais distantes. Explicava que a unidade da época imperial impunha- se às diversas províncias, pela harmonia dos processos governativos, incapazes de despertar as rivalidades locais que eram sempre o mais ativo fermento das revoltas contra o poder central e, uma vez sumido na voragem de uma arruaça que o êxito coroou, juntamente com o império se romperia o frouxo elo que ligava as antigas províncias. Diante de tais argumentos, previa que, na situação atual dos espíritos do Brasil, um golpe de estado anunciava-se como preliminar de uma nova crise política, de onde talvez não saísse inteira a unidade republicana8.

O Economista falava da instalação da ditatura no Brasil, informando que nada se sabia de positivo da gravíssima situação na qual se encontrava a jovem

⁷ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 20. N. 6.681. p. 2.

⁸ PORTUGAL. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 2. N. 326. p. 1.

república9. No mesmo sentido, a publicação portuense A Província comentava que voltara o Brasil, depois de tão curto e pouco produtivo período de legalidade, à ditadura que se seguira ao estabelecimento da república, ditadura que tão caro lhe custara e que tanto deprimira todos os elementos vitais do país¹⁰. Ainda que fizesse a ressalva de que os portugueses nada tinham com a fórmula de governo por que o Brasil entendera dever dirigir os seus destinos políticos, o Diário Ilustrado ponderava que não poderia deixar de tirar dos fatos a lição que eles encerravam, opinando que só havia uma verdade, ou seja, que em nome da *liberdade*, que seria lema da bandeira republicana, o Brasil estava nos braços do absolutismo da ditadura, mais discricionário que o absolutismo tradicional. Lembrando o passado recente, a folha explanava que a vida tranquila e gloriosa do velho império, em cinquenta anos de vida constitucional, encerrara-se, dando lugar a uma situação tensa, que se manifestava nas condições econômicas do país, as quais eram por todos conhecidas nos seus mais dolorosos efeitos. Segundo o *Ilustrado*, os conflitos sucediam-se e as profecias que a experiência autorizara, à época da revolta de 15 de novembro de 1889, todos os dias vinham a tornar-se realidade¹¹.

Seguindo a mesma linha de pensamento, *O Diário Popular*, apesar de dizer que reconhecia e respeitava o direito que todos os países tinham de se governarem como bem entendessem, dava-se o direito de responder aos

⁹ O ECONOMISTA. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.049. p. 1.

¹⁰ A PROVÍNCIA. Porto, 6 de novembro de 1891. Ano 7. N. 254. p. 1.

¹¹ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano 20. N. 6.682. p. 2.

impropérios com que todos os dias era assaltada a monarquia em Portugal, e de apontar as funestas consequências que para o povo brasileiro resultara da queda do bondoso e ilustre imperador D. Pedro II. De acordo com o jornal, ali estava um povo da raça lusa que a proclamação da instituição republicana levara às mais desastrosas consequências, uma vez que o Brasil vivia tranquilo e rico, estava altíssimo o seu crédito, aumentava todos os dias a sua riqueza, gozava-se ali a mais ampla liberdade e o império caminhava rápido para ser a nação preponderante no vastíssimo sul-americano; mas, mesmo diante de tais circunstâncias, certo dia, ocorrera a revolta dos quartéis, fora expulso o velho e respeitável imperador e proclamara-se a república. O periódico tripudiava dos republicanos ao afirmar que, conforme os profetas da terra lusitana, a partir de então, deveria raiar esplêndido o sol da liberdade e a providência despejaria sobre o Brasil uma cornucópia enorme de prosperidade e riquezas. Diante de tais previsões, a folha argumentava contrariamente, apontando para os resultados tristíssimos que profundamente lastimavam todos os amigos do povo brasileiro e que estavam patentes, desastrosos e terríveis, ainda não se tendo chegado ao fim, somando-se a eles o autoritarismo, os desmandos das verbas públicas e a especulação desenfreada¹².

Os caminhos ditatoriais que seriam típicos da forma republicana eram também lembrados pelo mesmo jornal, ao ressaltar que a tal ponto chegara a intensidade do mal, que o governo da república de novo se vira obrigado a

¹² DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.803. p. 1.

converter em ditadura militar e a decretar o estado de sítio¹³. Ao comentar os sucessos no Brasil, *O Português* lembrava que a implantação de regimes ditatoriais tornara-se comum nos países republicanos. Em termos de exemplo, a folha chamava atenção para a recorrência das ditaduras militares nas repúblicas latino-americanas, lembrando de governantes como Rosas na Argentina, Lopez no Paraguai, Santana no México, Barillas no Salvador e Balmaceda no Chile. Diante disso, ressaltava que ninguém teria condições de saber o que viria a ser a ditadura do marechal Deodoro, entretanto seria lícito deduzir das lições da história que deveriam ocorrer sobressaltos e receios, afetando um país irmão como Portugal, que continha numerosas colônias em terras brasileiras e que, portanto, ninguém iria receber com indiferença quaisquer sucessos que perturbassem a paz e a prosperidade daquela nação¹⁴.

A respeito do Brasil, *A Tarde* citava notícias que, segundo ela, pintavam em cores verdadeiramente horríveis a situação da república, vindo a constituir um sudário constrangedor¹⁵. Buscando fazer a ressalva de que se absteria de comentários, para que não lhe acoimassem de preocupado por qualquer *chauvinismo*, que não estaria nas suas intenções, o *Diário Ilustrado* afirmava que aguardaria as narrações minuciosas da imprensa fluminense, se acaso ela tiver ao menos a liberdade necessária para narrar os fatos¹⁶, revelando suas incertezas para com a nova forma de governo brasileira. Em perspectiva

¹³ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.803. p. 1.

 $^{^{14}}$ O PORTUGUÊS. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.283. p. 1.

¹⁵ A TARDE. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano 3. N. 870. p. 1.

¹⁶ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano 20. N. 6.683. p. 2.

próxima, o Correio da Manhã afirmava que não valeria a pena mostrar ao público as lições que se encerravam nos acontecimentos do Brasil, pois eles seriam bem fáceis de prever e muitas vezes anunciados. Para a folha, as evoluções políticas obedeciam a uma lei que tinha quase a certeza das leis físicas, entretanto os declamadores e os que pelas declamações se deixavam arrastar não se convenciam disso, de modo que a república brasileira entrara numa fase facilmente prevista por todos os que liam a história com algum critério, não havendo o que estranhar e chegando a ser de uma banalidade desesperadora esta peripécia seguríssima da política republicana. Nessa linha, o periódico sustentava o conflito discursivo com a imprensa republicana, ao destacar que a república brasileira haveria de ir seguindo o seu caminho histórico, conduzindo o país à ruína e ao separatismo, e os basbaques dos leitores do jornal republicano Século haveriam de continuar a imaginar que a república deles seria de outra casta de república, e que a sua ideia nova não haveria de ser, como estava sendo em toda a parte, uma ideia velha, batida e condenada¹⁷.

A visão espelhada era expressa também por *O Economista*, segundo o qual os acontecimentos políticos, administrativos e econômicos que tiveram o Brasil por teatro deveriam servir de lição aos simples e ingênuos que imaginavam ser a coisa mais inofensiva para qualquer país a mudança súbita das suas instituições. O jornal lembrava os propagandistas da república que afirmavam o quão simples e pouco impactante fora a feitura da república no Brasil,

^{7 00}

 $^{^{\}rm 17}$ CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano 8. N. 2.147. p. 1.

enfatizando que tal exclamação encontrava eco, de modo que muita gente observava por sua vez que, sendo a transformação tão boa de operar, valia a pena fazer uma experiência. Mas advertia que a crise política brasileira mostrara que havia fatos que, na aparência de uma simplicidade extrema, eram fatalíssimos nas suas consequências e nos seus efeitos, de maneira que ninguém poderia dizer que a sorte do Brasil fosse invejável depois da queda do império, pois o que se tinha passado ali, num período tão curto, era por tal modo grave, que não haveria talvez um canto do mundo onde não houvessem chegado os resultados desse acontecimento nascido de uma grande precipitação. Para a folha, as precipitações, as utopias e os devaneios custavam caro, já que não se poderia jogar impunemente com a sorte de uma nação e as lições da história não eram para serem esquecidas ou calcadas, uma vez que não haveria mestra como ela para o ensinamento dos povos. Garantindo suas convições, o periódico destacava que o governo monárquico era o que oferecia mais seguras garantias, e tanto assim que os países que passavam da monarquia para a república, em pouco tempo só tinham da república o nome, concluindo que o exemplo era tremendo e que ninguém quisesse vê-lo reproduzido em casa¹⁸.

Um dos mais enfáticos em suas posições, o *Diário Popular,*comentava o estado de perturbação social e política com que se via a braços o Brasil, o qual, poucos meses antes, fora tão liberal, tão pacífico, tão rico e tão próspero. Afirmava que não desejava sustentar que só a república fosse um governo de desastre, ou a monarquia regime de felicidades, mas pretendia tirar a lição

¹⁸ O ECONOMISTA. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.050. p. 1.

eloquente dos fatos resultantes, pois não haveria desgraça maior que pretender um país o estabelecimento de instituições que destoassem das suas tradições ou que nos costumes não se achassem radicadas. De acordo com o jornal, o Brasil era um país monárquico e com a monarquia vivia tranquilo e rico; as suas tradições eram as de tal forma de governo, não estava educado nem preparado para uma rápida transformação política. Entretanto, uma revolta de quartel pretendera implantar violentamente o sistema, que não era das tradições, nem da educação, nem aconselhava nenhuma conveniência social ou política, e os resultados desastrosos não tardaram a confirmar a lição que a história vinha dando em todos os tempos, em todos os países. Apesar de tais apreensões, o periódico expressava que seus votos mais sinceros eram que a paz, a liberdade e a prosperidade se restabelecessem no Brasil, qualquer que fosse o regime governativo existente ali, mas manifestava forte oposição aos devaneios dos fanáticos ou dos especuladores do lado europeu do Atlântico, mostrando as tristes consequências das vitórias das suas utopias do lado brasileiro, de modo que a lição dos fatos seria esmagadora na sua triste realidade¹⁹.

Não esquecendo a família imperial destronada, *O Português* fazia referência à entrevista dada por D. Pedro II, na qual ele se declarara completamente estranho aos sucessos do Brasil, os quais deplorava pelo horror que tinha à guerra civil, chegando a preferir no seu lugar o próprio exílio, reação que daria prova do seu amor pela nação. Segundo as informações expressas pelo jornal, o ex- imperador nada faria para o restabelecimento do trono, mas se os

¹⁹ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.804. p. 1.

brasileiros o chamassem, deveria esquecer a sua idade e os seus achaques e correr os riscos dessa longa viagem para consagrar a felicidade do Brasil, o que lhe restava de forças e de vida²⁰. Através desse breve comentário, a publicação lusitana pregava, ainda que indiretamente, a restauração da forma monárquica no Brasil, fenômeno que tantas repercussões e divergências viriam a estabelecer nas relações luso-brasileiras.

Seguindo uma linha didático-doutrinária, O Economista apresentou o artigo "Erros que se pagam", no qual afirmava que se o plano do ditador brasileiro consistia em expulsar do Brasil os monárquicos, parecia à folha que ficaria despovoado aquele vastíssimo país. A folha explicava sua previsão, afirmando que, em primeiro lugar, não havia ali um partido republicano tão numeroso, tão crente e tão unido que justificasse a evolução que se operara; em segundo lugar, os que eram afetos à antiga forma do governo deveriam estar mais do que confirmados nas suas crenças, as quais os acontecimentos vinham dando toda a razão; e, em terceiro lugar, os que não eram dados a tentações políticas deveriam ter reconhecido, por uma comparação muito fácil entre o passado e o presente, que o país desandara para a beira do abismo, depois da evolução realizada. Diante disso, conjeturava que os brasileiros haveriam por força de concluir que o sistema anterior lhe era muito mais propício que o republicano. No entender do periódico, enquanto não se saía do campo das teorias e não se passava da retórica e das declamações, tudo se afigurava cor de rosa; entretanto, no momento em que se descia à prática, era-se forçado a

²⁰ O PORTUGUÊS. Lisboa, 8 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.285. p. 1.

realizar utopias, que, por serem utopias, eram irrealizáveis, ficando patentes as dificuldades, os conflitos, os desesperos, os desenganos e a anarquia. Para o jornal, o Brasil fora sacrificado em todos os seus interesses com a transformação operada, de maneira que não admirava que crescessem as saudades do passado, nem que pudesse vir a ocorrer um movimento para reaver o bem cuja perda as fizera nascer. O texto era arrematado pela afirmação de que o Brasil estava florescente, sendo como que a terra da promissão para todos que sonhavam com a fortuna, mas em dois anos o Brasil quase que não contava consigo mesmo, de forma que como poderiam os outros contar com ele²¹.

O Jornal do Porto também deixaria de lado uma postura inicial mais moderada ao referir-se ao Brasil, considerando que as medidas presidenciais não deixavam de ser talvez um presságio terrível de outras conflagrações que poderiam ser a ruína do país, arrastando até mesmo os portugueses para as beiras do precipício, devendo haver um trabalho coletivo para evitar tais destinos. Segundo a folha, mesmo que não tivesse ocorrido derramamento de sangue em 1889, naquele momento, tal ocorrência seria inevitável, pois a intriga desenrolara o rastilho, os descontentamentos chegaram ao fogo e a paixão indômita explodira²². Ainda sobre os riscos que afligiam o Brasil, *O Dia* opinava que a crise no Brasil acarretaria desagregação político-territorial do país, comentando que nessa desagregação o que mais preocuparia não seria a constituição das independências, e sim as lutas tremendas e sanguinolentas que

-

²¹ O ECONOMISTA. Lisboa, 10 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.052. p. 1.

²² JORNAL DO PORTO. Porto, 11 de novembro de 1891. Ano 33. N. 267. p. 1.

iriam se suceder, quando os grandes estados, que tinham elementos de vida própria, pretendessem anexar os vizinhos que não tinham meios de existência e cuja posse todos disputariam. A partir de tais previsões, o jornal concluía que se poderia tirar uma ensinadora ilação, ou seja, que seria tão fácil uma revolta de caserna expatriar um velho imperante, como seria difícil que viesse depois a se estabelecer uma república viável e duradoura²³.

Na linha do ensinamento, quanto aos propalados males da república, com ironia, *O Economista* publicou a matéria "Aprendamos", na qual fazia referência às felicidades, à paz e às grandes reformas prometidas pelos republicanos que não teriam sido cumpridas e, fazendo a comparação com o regime decaído, afirmava que, de repente, o país que tinha o seu crédito mais abalado, a sua tranquilidade mais comprometida e o seu dia de amanhã mais ameaçado, era justamente aquele que, havia tão pouco tempo, estava florescente, sossegado, numa situação brilhantíssima a auspiciar os seus destinos e, se não houvesse cedido às precipitações de uma ideia ambiciosa, ainda estaria naquelas condições alvissareiras²⁴. Seguindo também a perspectiva didática, a publicação *Portugal* apostava que uma luta civil seria o prelúdio do completo desmembramento do florescente império de D. Pedro II, o que serviria como um ensinamento da história. A folha explicava que a índole dos povos sulamericanos era de natureza a incutir preocupações, sendo natural reproduzirem-se, com o mesmo horror, os incidentes que tinham tantas vezes

²³ O DIA. Lisboa, 11 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.297. p.1.

²⁴ O ECONOMISTA. Lisboa, 12 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.054. p. 1.

manchado a história das repúblicas espanholas da América e avisava que, na série das provações por que passavam os portugueses, esses acontecimentos tinham uma desgraçada reflexão acerca dos males advindos daquela mudança na forma de governo²⁵.

As possibilidades de agravamento da crise, com o espocar da guerra civil e a possibilidade do desmembramento territorial passavam a ser um dos motes mais recorrentes nas folhas monarquistas. Para o Correio da Manhã, o separatismo era o perigo mais grave que ameaçava a república brasileira, indicando que no Brasil procedia-se com certa leviandade, animando-se umas separações de representantes de diversos estados, que podiam ter funestas consequências, havendo bancada rio-grandense, bancada paulista e bancada baiana, sendo tudo isso nefasto e digno de censura²⁶. A Província, por sua vez, considerava que a situação da nacionalidade brasileira era de uma extrema agudeza, que não poderia deixar de preocupar vivamente, prevendo que ou a guerra civil, ou o desmembramento fatal do grande império, que constituía ainda havia pouco o mais glorioso atestado da capacidade colonizadora lusa, seriam os prováveis resultados daquela perigosa aventura desencadeada em 1889. Na concepção do periódico, tal acontecimento serviria como uma lição tremenda aos que, entre os portugueses, julgavam fácil romper com a tradição que mais eficazmente garantia a autonomia e a independência nacional contra os possíveis azares da evolução política da Europa. A folha manifestava uma

²⁵ PORTUGAL. Lisboa, 12 de novembro de 1891. Ano 2. N. 332. p. 1.

²⁶ CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 13 de novembro de 1891. Ano 8. N. 2.152. p. 1.

invencível tristeza ao ver arriscado e comprometido o futuro daquela nacionalidade que, durante tantos anos, fora entre as repúblicas anarquizadas da América do Sul, um consolador exemplo de quanto podia e valia um regime de liberdade e de ordem, que se fundava na tradição e que se harmonizava com os verdadeiros interesses do país e que, numa hora de desvario sacrificara tudo à quimera revolucionária que uns acariciavam e às ambições menos lícitas que outros nutriam e os resultados apareciam como uma lição que não poderia nem deveria ficar desaproveitada²⁷.

Além de tais riscos, as edições monarquistas observavam os efeitos negativos da crise brasileira no campo econômico, com reflexos inclusive em Portugal. Para o *Jornal do Porto*, as comoções políticas do Brasil traziam dificuldades financeiras públicas e particulares para os lusos, como consequência do retraimento dos capitais e mesmo da escassez, pelo represamento de muitos milhares de contos de réis no Brasil. Previa o periódico que avançariam a especulação, a agiotagem, a exploração e a carestia, de modo que tais dificuldades econômico-financeiras poderiam agravar ainda mais a crise política²⁸. Na versão da publicação *Novidades*, as coisas no Brasil iam tomando um aspecto cuja gravidade não se poderia disfarçar, conjeturando que se os movimentos insurrecionais ainda não eram definitivamente o sinal da desagregação geral desse país tão grande, nem por isso deixariam de colocar o governo central numa posição bastante crítica. Segundo o jornal, o Brasil

_

²⁷ A PROVÍNCIA. Porto, 13 de novembro de 1891. Ano 7. N. 260. p. 1.

²⁸ JORNAL DO PORTO. Porto, 13 de novembro de 1891. Ano 33. N. 269. p. 1.

parecia ter entrado, depois da queda da monarquia liberal de D. Pedro e da proclamação da república, num período de convulsões políticas, de discórdias intestinas, de revoluções e de golpes de estado, que poderia prolongar-se, e comprometer por muito tempo as suas liberdades e a sua prosperidade agrícola, comercial e financeira²⁹.

O Correio da Manhã também analisava a situação econômica e política do Brasil, lembrando que, neste país, estava se dando a eterna história das repúblicas: luta entre congresso e presidente; quebra de um deles que era quase sempre o congresso, de modo que o presidente passava a dispor de todos os recursos de um governo. O jornal apontava que o Brasil poderia ser imperialista ou republicano e os portugueses nada tinham com isso e que, sendo republicano, vivesse à sombra de um regime liberal ou sujeito ao despotismo de um ditador, também era assunto a que os lusos deveriam estar alheios. Entretanto, não aceitava que de todos os fatos estranhos que se davam no Brasil resultassem desastres econômicos, pois isso prejudicava notavelmente os lusitanos, por causa das íntimas relações que ligavam entre si o trabalho brasileiro e o português. Para o periódico, as manobras financeiras vinham sendo um dos tristes sintomas da anarquia moral em que o Brasil se debatia, tendo no câmbio a mais desastrosa influência, e muito funesta aos interesses lusos30. Nesse sentido, O Economista opinava que ninguém estaria a exultar com a situação da república brasileira, apenas por ser república, pois quem assim procedesse

²⁹ NOVIDADES. Lisboa, 17 de novembro de 1891. Ano 7. N. 2.329. p. 1.

³⁰ CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 19 de novembro de 1891. Ano 8. N. 2.157. p. 1.

diante de uma enormíssima desgraça teria uma péssima índole, mas não aceitava de modo algum que tais acontecimentos se estendessem ao contexto português³¹.

O golpe e a queda de Deodoro seriam vistos pelas publicações monárquicas como um sinal da instabilidade republicana e como uma verdadeira lição aos brasileiros pela forma como teriam agido com o decaído imperador. Nessa conjuntura, o *Comércio de Portugal* manifestava o desejo de que o Brasil conseguisse libertar-se da odiosa oligarquia que o reduzira em dois anos à última extremidade, e que os patriotas desinteressados e leais conseguissem colocar a administração daquela bela e gloriosa nacionalidade em condições de prosseguir em busca do seu ideal de engrandecimento e de prosperidade que tão longe, profícua e eficazmente fora favorecida sob a ilustrada, esclarecida e honrada direção de D. Pedro II. O jornal via, na queda de Deodoro, uma lição do destino, considerando que ele atraiçoara os seus juramentos de fidelidade ao imperador brasileiro, podendo vir a queixar-se dos ingratos, a relembrar os favores acumulados e esquecidos e a sentir dolorosamente o abandono de todos os que o adularam e de todos os que procuraram engrandecer-se e locupletar-se à sua sombra, ou seja, estaria exatamente na situação em que se achara Pedro II naquela angustiosa noite de 15 para 16 de novembro de 1889, com a diferença apenas de que o imperador teria para relembrar os serviços e favores de quase meio século, e Deodoro

³¹ O ECONOMISTA. Lisboa, 19 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.060. p. 1.

apenas os de dois anos. – É certo, é certo, que Deus não dorme!³² – era a sentença estabelecida pela folha.

Seguindo o mesmo espírito acerca da derrubada de Deodoro do poder, *O* Dia afirmava que uma revolução o levara ao poder e uma revolta o destituíra, constituindo um caso lógico e ao mesmo tempo um alto ensinamento político³³. Já a folha *Novidades* lamentava as desgraças que sobre o Brasil tinha trazido a república, sentindo, como desventura própria, as desventuras que afligiam os brasileiros, depois que renunciaram às antigas instituições, que durante largos anos lhes asseguraram a paz e o desenvolvimento da sua riqueza³⁴. Já para a publicação *Portugal* os acontecimentos no Brasil beiravam o cômico, uma vez que eram decorridos dois anos desde a inábil expulsão de um monarca, ao qual tanto devera o império, e o famoso caudilho da revolta de novembro, decaído do efêmero prestígio da vitória, vira levantar-se contra si as espadas dos *condottieri* que o puseram nas eminências do poder³⁵.

Mais uma vez eram lembradas as previsões de 1889, sendo apontados todos os tristes vaticínios feitos ao advento da república, prevendo-se que, no futuro, chegaria a vez de o novo ditador submeter-se às imposições dos que se arrogavam o direito de fazer e desfazer ministros, ao passo que tudo se inverteria e aos horrores de uma crise econômica iriam seguir-se os horrores de

³² COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 13. N. 3.706. p. 1.

³³ O DIA. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.309. p. 1.

³⁴ NOVIDADES. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 7. N. 2.335. p. 1.

³⁵ PORTUGAL. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 2. N. 342. p. 1.

uma desenfreada anarquia. Segundo a folha *Portugal*, era de crer que os episódios sanguinolentos das repúblicas espanholas se reproduziriam inteiramente nas vilas e cidades do antigo império brasileiro, de maneira que não valera a pena ter, ingratamente, expulso um velho, cujo alevantado espírito se consagrara todo à felicidade tranquila do seu povo, para cair naquele abismo que ameaçava tudo subverter. O periódico ressaltava que o prazer de citar um flagrante exemplo aos pescadores de aventuras que medravam no contexto luso não desvanecia a tristeza que invadia o espírito ao se examinar de perto os acontecimentos do Brasil, pois viria a ser um desalmado egoísmo antepor ao bem público qualquer conveniência especulativa, no propósito de fazer castelos de teorias platônicas³⁶. Para *A Tarde*, as últimas notícias do Brasil denotavam que chegara o período agudo da crise política que assoberbava aquele grande e opulento país, digno certamente de melhor sorte, desejando que a queda estrondosa de Deodoro da Fonseca pusesse ponto final a todas as loucuras daqueles últimos dois anos de infantilidade política³⁷.

O *Diário Popular* voltava a reconhecer e acatar o direito que tinha o Brasil de reger-se pelas instituições que lhe aprouvessem, mas argumentava que seria lícito fazer o balanço das vantagens e das desvantagens políticas e sociais que as novas instituições lhe trouxeram, ainda mais diante do período agitado e desastroso dos últimos dois anos³⁸. Em matéria intitulada "A respeito do Brasil",

³⁶ PORTUGAL. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 2. N. 342. p. 1.

³⁷ A TARDE. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 3. N. 884. p. 1.

³⁸ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.821. p. 1

O Economista lembrava as implicações da crise brasileira em Portugal, explicando que ninguém deveria ou poderia exultar com os fatos políticos do Brasil, visto que, mais ou menos diretamente, as suas consequências pesavam sobre todos os portugueses. Segundo o jornal, o mais importante seria tirar daqueles fatos a lição que eles estavam dando, considerando que tal atitude não seria um mau conselho, principalmente para quem precisava dessas advertências e desses exemplos³⁹, numa clara referência aos adversários republicanos.

Já *O* Português lembrava que os últimos acontecimentos do Brasil eram objeto de todas as conversações e o espanto de todos os que discutiam o assunto, fazendo referência a uma possível lembrança da impressão e do abalo notável, que, por diferentes motivos e considerações de natureza muito variada, causou a revolução brasileira e a deposição do imperador. O jornal explicava que o Brasil, que nascera e vivera nas tradições monárquicas, de repente, como num cenário de mágica, transformara-se, mudando de ideias e de orientação, e de todos os cantos choveram as adesões ao novo sol que se erguia, cheio de vida, de esperanças e de resplendentes miragens. A folha apontava que alguns republicanos lançaram mão do marechal Deodoro, como de qualquer outro símbolo, e com ele à sua frente atiraram pelo ar as instituições monárquicas e tudo que mais diretamente a elas se prendia, vindo depois a dura experiência confirmar tudo aquilo que havia de imprudente e de perigoso para aquela nação em se lançar assim, impensadamente, numa aventura de tão graves

-

 $^{^{\}rm 39}$ O ECONOMISTA. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.065. p. 1.

consequências. Segundo o periódico, os novos governantes não tiveram como conjurar a derrocada que todos os dias se acentuava, devendo em breve reduzir o Brasil a uma extremidade desesperada, de modo que a tal país estaria reservado, por muito tempo, o triste condão de ver esterilizar e murchar todas as suas fontes de produção, consumidas e mirradas numa contínua experiência de homens de governo e numa infrutífera busca de estadistas, que bem administrassem o país⁴⁰.

Na sustentação do confronto discursivo com as folhas adversárias, *A Tarde* afirmava que o fato de os jornais republicanos andarem deveras embrulhados com os acontecimentos do Brasil não admitia contestação e que, de resto, não o merecia. Na concepção do periódico, doravante, seria efetivamente dificultoso para as publicações antimonárquicas encontrar papalvos que acreditassem na estabilidade das instituições republicanas, já que se as repúblicas num dia se levantavam, para caírem no outro, claro era que ou a vontade popular se conservava estranha a algum, pelo menos, desses movimentos, ou o governo republicano era de tal ordem que pouco tempo exigia para demonstrar a sua absoluta ineficácia contra os erros e contra as ambições dos homens. Seguindo tal linha de pensamento, o jornal dizia não poder supor que a vontade popular naquele país fosse uma espécie de prostituta, que num dia se vendia a este e que, no próximo, se venderia a qualquer outro, e concluía que,

⁴⁰ O PORTUGUÊS. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.299. p. 1.

em qualquer das hipóteses que estabelecera, a ideia republicana fazia uma triste figura⁴¹.

O Dia buscava justificar a postura das folhas monárquicas ao apresentar os fatos desencadeados no Brasil, afirmando que havia dois anos que esse país se lançara num caminho de audaciosas aventuras políticas e de aventuras financeiras ainda mais temerárias, chamando sobre si a atenção e a crítica de toda a Europa. Segundo o jornal, não fora, nem podia ser a imprensa portuguesa estranha a esse espetáculo mirabolante que lhe oferecia um povo amigo e irmão, noticiando por dever de ofício e comentando impulsionada pelos sentimentos da mais afetuosa estima. Comentava que as aventuras volveram-se em desastres, as temeridades em catástrofes, vendo-se em perigo a integridade de uma grande nação que era o mais brilhante e o mais glorioso atestado da capacidade colonizadora dos portugueses. Diante disso, argumentava que houvera frases de indignação, artigos de merecida censura para os condottieri da política e para os flibusteiros da finança, que sem escrúpulos desbaratavam a fortuna do Brasil, considerando que, em tal atitude, nada havia de incorreto ou desleal, uma vez que, deplorando as desgraças do Brasil, a imprensa monárquica portuguesa apontara as mesmas como um exemplo a evitar na política interna lusa. Perante tais perspectivas, a folha questionava que, se a grande nação da América Austral, rica, opulentíssima de todos os recursos naturais, não pudera resistir intacta e íntegra aos desvarios dos seus epilépticos inovadores, o que não aconteceria a Portugal, quando a fatalidade de um regime

 $^{^{\}rm 41}$ A TARDE. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 3. N. 885. p. 1.

semelhante passasse por cima das suas instituições tradicionais e ponderava que seria isso e nada mais, o que a imprensa monárquica lusitana vinha ponderando a respeito dos acontecimentos do Brasil, sem por forma alguma pretender atuar ou interferir na marcha política da nação irmã⁴².

Em abordagem parecida, o Correio da Manhã comentava que os jornais republicanos lusos alegavam que em Portugal se conspirava a favor da restauração monárquica no Brasil, considerando esta como uma absurda afirmação. Perante tal acusação, ponderava que nada tinha com as instituições republicanas brasileiras. diante das quais, ou monárquicas, completamente indiferente, desejando que o país tropical vivesse em paz e que desenrolasse a sua prosperidade. Mas o espírito crítico logo apareceria, quando o jornal argumentava que poderiam os brasileiros ter entre si as mais extraordinárias lutas políticas, vindo a ter transformado o nome da liberdade na mais odiosa escravidão. Apontava que o regime político brasileiro era execrável, e sentia muito por isso, mas avisava que não se incomodaria enquanto esses males políticos não contagiassem o estado social, e enquanto o Brasil continuasse a trabalhar e a produzir, esclarecendo que era certo que não fora agradável para os portugueses aquela passagem de império à república, mas pior seria que viesse a também ocorrer outra, da federação à desmembração, já que tudo quanto pudesse introduzir naquele país um novo elemento de discórdia não poderia ser favorecido em Portugal⁴³.

-

⁴² O DIA. Lisboa, 26 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.311. p. 1.

⁴³ CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 27 de novembro de 1891. Ano 8. N. 2.164. p. 1.

O Jornal do Porto referia-se ao Brasil como uma cruel desilusão, esclarecendo que era importante analisar o que estava se passando no país, no qual a transformação súbita do regime político operara-se por uma forma surpreendente, e a contar de então a verdade era que, de surpresa em surpresa, ele fora da proclamação da república até a ditadura e suas consequências. Segundo o periódico, a desilusão estava naquela intrincada cadeia de sucessos, pelo qual nem a transformação do regime político tivera nunca a plena confiança dos patriotas, nem a consolidação da república obtivera acentuada defesa e consistência, porque os interesses do povo foram iludidos. Na concepção da folha, tal desenrolar dos fatos demonstrava que a queda do império fora um desastre que, semelhante a um ciclone, destruíra na sua passagem toda a ventura de um país, arrastando na derrocada todas as esperanças, todas as ilusões e todo o crédito nacional, e determinando depressões no câmbio, tão fundas, tão desastrosas que colocaram todas as classes na mais absoluta impossibilidade de fazerem a mais pequena e a mais insignificante das transações pecuniárias. De acordo com o diário portuense, a anarquia não era tolerável, mas menos tolerável seria a desconfiança no crédito, as oscilações do câmbio, e as terríveis consequências de ambos que tanta influência exerciam no modo de existir de um povo habituado a gozar de verdadeira liberdade, de santa equidade, e de crédito financeiro sem óbice de qualquer raça⁴⁴.

⁴⁴ JORNAL DO PORTO. Porto, 27 de novembro de 1891. Ano 33. N. 281. p. 1.

Já em dezembro, as publicações monárquicas continuariam a manter seu discurso enfático em relação aos azares do Brasil, com a mudança na forma de governo, chamando tais fatos de drama de 15 de novembro⁴⁵. A pregação calcada na comparação continuava a ser a base de tal construção discursiva, como no caso do *Diário Popular*, ao afirmar que o Brasil, que vivia tranquilo e livre, à sombra das instituições monárquicas, desenvolvendo de maneira assombrosa a sua riqueza e afirmando cada vez mais as liberdades de que desfrutava, arrancara, no meio de uma sedição militar, a coroa veneranda ao velho imperador, despedaçando o trono que representava a sua independência, e proscrevendo e exilando o valetudinário soberano. Para o jornal, tal período, relativamente curto, fora prenhe de acontecimentos que serviam como lições e ensinamentos, pois à paz sucedera-se a desordem e à desordem o pânico, e, no meio desse transcorrer de desastres, uns sangrentos, outros despóticos, todos liberticidas e contraditórios com as promessas e as ilusões dos que confiavam na república, viera a paralisação de todo o comércio, a depreciação de todos os títulos, a baixa do câmbio e a miséria e a fome fazendo a sua aparição sinistra por entre os fachos da guerra civil, ateada em diversos pontos do solo brasileiro. Tal perspectiva negativa era concluída pela asserção de que aquele seria, em resumo, o resultado lúgubre de dois anos do novo sistema de governo, cortados de tumultos e de explorações financeiras aventurosos, ensanguentados e

-

 $^{^{\}rm 45}$ NOVIDADES. Lisboa, 5 de dezembro de 1891. Ano 7. N. 2.345. p. 1.

angustiosos de dentro dos quais se não poderia tirar o vislumbre de uma felicidade única sequer⁴⁶.

Assim, as prevenções monárquicas em Portugal ganharam terreno a partir do golpe de estado de 1891, ampliando-se as perspectivas impressas acerca dos malefícios que poderiam ser trazidos pela transformação ocorrida dois anos antes. Se em 1889 os jornais monárquicos trabalhavam apenas com uma perspectiva voltada às previsões, intentando adivinhar um futuro tenebroso para o Brasil sob a nova forma de governo, a partir de 1891, segundo eles, os vaticínios negativos estariam a tornar-se uma efetiva realidade. De acordo com tal visão, os possíveis males advindos com a república deixavam de ser etéreos e contidos no campo das possibilidades para se tornarem fatos concretos que caracterizariam uma triste realidade que passava a assolar a jovem república. A crise era agora palpável e os riscos de guerra civil e rupturas institucionais e territoriais, até então bastante propalados, serviriam de profícua munição para a sustentação do discurso monárquico por meio das folhas impressas.

⁴⁶ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 14 de dezembro de 1891. Ano. 26. N. 8.840. p. 1.

"Nada mais é do que uma crise passageira": as versões do jornalismo republicano

As folhas republicanas portuguesas tiveram de fazer um esforço redobrado na busca por convencer os leitores de que, apesar dos sobressaltos, a república brasileira não estava em perigo e continuaria próspera. Com isso, intentou-se denunciar a existência de uma campanha de descrédito contra a república no Brasil, bem como de um projeto restaurador, a que imputava parte da culpa pelos problemas na nação americana. Segundo esse jornalismo, o golpe presidencial fora um ato normal que fazia parte das perturbações momentâneas típicas da formação histórica das repúblicas, de maneira que a transição de Deodoro a Floriano seria apontada como a solução dos problemas e a garantia do acerto de rumos. Era ainda manifesta a completa certeza de que o Brasil superaria aquele momento de adversidades e sustentava-se ardoroso conflito discursivo com os periódicos monárquicos.

Desse modo, tais publicações abordaram, de maneira bem menos enfática, os fatos ocorridos no Brasil a partir da crise desencadeada pelo golpe de Deodoro, buscando diminuir a relevância das dificuldades enfrentadas. Logo nos primeiros dias de novembro, enquanto *A Vanguarda* limitava-se a publicar acanhada nota sobre os acontecimentos no Brasil⁴⁷, *O Século* também destinava pequeno espaço gráfico a tais fatos, informando, através de uma agência

⁴⁷ A VANGUARDA. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 1. N. 210. p. 1.

internacional, que o congresso fora dissolvido e a lei marcial proclamada, estando restabelecida a ditadura do marechal. O periódico enfatizava que não se tratava de notícias oficiais, não havendo garantias de seriedade e, relativizando tais episódios, afirmava que não se deveria esquecer que havia um certo antagonismo entre Deodoro e o congresso, e que seria bem possível que o conflito se tivesse dado entre os dois poderes, numa abordagem bastante reducionista a qual era concluída pelo aviso de que, sem notícias de fonte mais segura, todas as conjecturas seriam fora de propósito⁴⁸. Já no dia seguinte, o jornal confirmava a dissolução do congresso, mas voltava a dizer que o fato resumira-se a um conflito entre o presidente e o parlamento, não acreditando que o mesmo viesse a trazer maiores complicações ou tivesse a gravidade que se lhe pretendia dar, numa alusão às publicações monarquistas. A folha chegava a dar aos acontecimentos um tom de normalidade, ao explicar que a ação do chefe de estado no Brasil não era a mesma dos chefes dos estados monárquicos, pois ele tinha a responsabilidade do executivo, correndo-lhe conseguintemente com essa responsabilidade a obrigação de intervir, quando o julgasse conveniente, na política interna⁴⁹.

A Voz Pública, ao referir-se à ditadura do marechal Deodoro, considerou que a atitude presidencial constituíra um ato extremado, mas que fora inspirada por motivos de interesse geral, únicos que até então tinham movido o ânimo do honrado militar em todas as suas deliberações. Em seguida, a folha republicana

⁴⁸ O SÉCULO. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.506. p. 1.

⁴⁹ O SÉCULO. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.507. p. 1.

passava a combater a imprensa monárquica, afirmando que era conhecida de todos a campanha que, desde a fundação da república do Brasil, vinha-se fazendo na Europa contra a consolidação da ordem democrática naquele grande país, e, nesse quadro, a capital do reino português fora um dos mais ativos focos senão o mais importante da propaganda caluniosa contra os homens do novo regime brasileiro. Na opinião da folha, desde o presidente da república até o mais modesto cidadão aderente à nova ordem de coisas, tudo e todos foram miserrimamente maltratados por jornalistas sem consciência, sem patriotismo e, porventura, lançados contra a república por maus instintos de assalariados. Segundo o periódico, a república do Brasil era um verdadeiro pesadelo para todos os monarquistas da Europa, já que uma coroa na livre América, ainda que de papelão dourado, seria considerada como um notável exemplo de virtudes inerentes e exemplares postas ao serviço do regime monárquico europeu. Diante disso, manifestava seu crédito no altíssimo patriotismo de todos os brasileiros dignos desse nome, convencendo-se de que o ato do marechal Deodoro não suscitaria animosidades senão aquelas que o bom senso ordenava para a salvaguarda dos interesses comuns englobados debaixo do nome da pátria⁵⁰.

Seguindo suas argumentações, a publicação republicana portuense acusava que haviam sido espalhados boatos alarmantíssimos sobre os negócios da república do Brasil, fazendo referência a telegramas forjados por especuladores, os quais diziam que o país estava entregue aos horrores de uma revolução, fuzilamentos, proclamação do *velho* e outras baboseiras só

⁵⁰ A VOZ PÚBLICA. Porto, 7 de novembro de 1891. Ano 2. N. 469. p. 1.

acreditáveis por papalvos ou malvados, uns por carência de inteligência, outros pelos interesses vilíssimos de espalhar o terror branco entre os timoratos possuidores de valores brasileiros, a fim de se apoderarem deles por baixos preços. Diante disso, A Voz Pública dizia que seria preciso que o público se prevenisse, abrindo bem os olhos em face daquela horda de especuladores, rindo-se do espírito malévolo que os dominava e acautelando-se dos seus desígnios bem claros – os de se apossarem por pouco do que custou muito aos outros. Para a folha, era necessário, sob pena de prejuízos lamentáveis e escusados, que o público se compenetrasse da certeza de que o Brasil econômico e financeiro não se abalava facilmente a ponto de perder o seu total equilíbrio e com ele a sua existência futura pelo fato necessário de uma ditadura patriótica, que só teria o defeito, perante os interesses da nação brasileira, de se ter realizado mais tarde do que devia ser. Mantendo o tom, o periódico concluía que os especuladores apressavam-se em armar boatos aterradores para obterem os valores brasileiros por preços baixos, na certeza de os venderem depois com subidos preços e essa seria a única razão de todas as notícias falsas a respeito do Brasil, devendo o público ter muita cautela⁵¹. Ainda que mais moderadamente, O Século buscava desmentir os boatos alarmantes, espalhados em toda a Europa, acerca da restauração e da perturbação da ordem pública no Brasil⁵².

⁵¹ A VOZ PÚBLICA. Porto, 11 de novembro de 1891. Ano 2. N. 472. p. 1.

⁵² O SÉCULO. Lisboa, 12 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.513. p. 1.

Apesar da crise, as folhas republicanas não abriram mão de saudar o segundo aniversário da mudança da forma de governo brasileira. Nesse sentido, A Vanguarda lembrava que fazia dois anos que fora proclamada a república no Brasil, onde se preparavam grandes festejos para solenizar tal data e argumentava que, apesar do que os jornais monárquicos diziam e escreviam sobre o Brasil, deveriam ficar certos os noveleiros e os intrigantes que a monarquia fora de vez banida da América do Sul e naquele dia glorioso, cumpria-lhe saudar o povo brasileiro, como um irmão e amigo⁵³. A Voz Pública também publicaria uma saudação para a data, lembrando que, em 1889, a 15 de novembro, um povo irmão lembrara-se de afirmar perante a civilização a sua virilidade política e de fato a afirmara à face da América e do mundo, de modo que, num momento, uma monarquia isolada em plena democracia americana relegara para os domínios da recordação histórica aquela forma repugnante ao ideal moderno e uma mesma luz incessantemente bela envolvera, na área imensa da sua projeção, todos os povos independentes do novo continente. Segundo o jornal, todas as dificuldades da democracia brasileira provinham da sua febre de perdoar, o que não deveria se dar diante da especulação sebastianista, mas, ainda assim, exclamava que a verdade triunfaria, dissipando-se umas ligeiras manchas do belo horizonte da liberdade brasileira⁵⁴.

⁻

⁵³ A VANGUARDA. Lisboa, 15 de novembro de 1891. Ano 1. N. 220. p. 1.

⁵⁴ A VOZ PÚBLICA. Porto, 15 de novembro de 1891. Ano 2. N. 476. p. 1.

Na concepção do periódico republicano, naquele 15 de novembro, o Brasil rompera com as instituições monárquicas, atirando-as de chofre à vala do esquecimento e, através de uma revolução incruenta, como nunca se dera na história do mundo, enchera de júbilo os corações dos portugueses que se interessavam pela hegemonia do Brasil na América do Sul⁵⁵. *O Século* continuava na sua campanha em prol de desmentir as publicações monárquicas, divulgando telegramas de autoridades públicas brasileiras, no intento de desfazer os boatos terroristas que os inimigos da república vinham espalhando. Lembrando o aniversário, o jornal afirmava que, recebendo tais notícias no momento em que a nascente e simpática república brasileira festejava o segundo aniversário da sua fundação, fazia votos para que aquele povo irmão, a que tantos laços estavam os portugueses ligados, entrasse num período de absoluta serenidade e prosperidade, robustecendo- se nos vastos e opulentos recursos de que dispunha⁵⁶.

A tentativa de demonstrar que a tranquilidade reinava no Brasil era constante, caso de *A Voz Pública*, segundo a qual a paz estava garantida naquele país e com ela a certeza de ver-se em breve restabelecida a normalidade política no seio da grande república, interrompida pelo necessário ato de energia e patriotismo de um ilustre e honrado militar a fim de obstar a que os manejos sebastianistas continuassem infrenes sob capa de jogatina bolsista. De acordo com o periódico, a república do Brasil seguiria dali em diante o seu curso, mais

⁵⁵ A VOZ PÚBLICA. Porto, 15 de novembro de 1891. Ano 2. N. 476. p. 1.

 $^{^{56}}$ O SÉCULO. Lisboa, 16 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.517. p. 1.

ou menos sujeita a crises, levando a nação à prosperidade e à grandeza, apesar das invenções dos pouco engenhosos sebastianistas portugueses. Nesse sentido, defendia que o Brasil haveria de progredir, enquanto que Portugal iria descer, seguindo o tenebroso caminho em que se via metido, uma vez que o marechal Deodoro estava imperturbavelmente salvando a república, afastando-a das mãos sujas de muitos aventureiros⁵⁷.

O combate às versões dos jornais monarquistas era uma constante no discurso republicano, como A Vanguarda, ao defender que a imprensa republicana e todos os jornalistas imparciais deveriam corrigir as falsidades e as verdadeiras heresias que as folhas monárquicas estavam publicando com o fim vilíssimo de desprestigiarem o ideal republicano. Na concepção do periódico, especulava-se com as antigas tendências separatistas de alguns dos atuais estados da nova república, e tão longe levavam os defensores da monarquia a sua má fé ou a sua ignorância, que parecia a quem lesse despreocupadamente que fora somente sob o regime da democracia que no Brasil surgira o monstro do separatismo. Em visão antagônica, o jornal citava os vários casos de revoltas separatistas ocorridas à época imperial, concluindo que tais argumentos eram suficientes para se ver que a república não criara o movimento separatista a que, com requintada má fé, aludia-se nas folhas monárquicas, antes pelo contrário, pois teria destruído a centralização que esmagava e que tanto feria os interesses regionais. Dessa forma, considerava que a corrente separatista, que se avolumara sob o império, a partir do 15 de

⁵⁷ A VOZ PÚBLICA. Porto, 17 de novembro de 1891. Ano 2. N. 477. p. 1.

novembro, não tinha a menor razão de ser, pois a liberdade e as garantias dos estados poderiam ainda ser aumentadas, intento que sob o antigo regime não seria obtido sem quebra violenta do princípio de nacionalidade, e que, naqueles novos tempos, poderia ser facilmente conquistado pela reforma da constituição federal, de modo que ficaria assim demonstrado que a república não criara nenhum fator novo de perturbação, antes, eliminara muitos⁵⁸.

Por sua vez, O Século chamava atenção para as vantagens que estariam sendo tiradas a partir das especulações sobre o Brasil de parte da imprensa e daqueles que pretendiam desenvolver aventuras financeiras. A folha criticava aquilo que chamava de imprensa conservadora, afirmando que as matérias divulgadas pela mesma poderiam causar problemas nas relações lusobrasileiras. A respeito da atitude presidencial, destacava que não saberia dizer ainda se Deodoro andara bem ou mal, explicando que não conhecia razões que pudessem justificar, desculpar ou atenuar a conduta política do marechal, bem como não possuía no momento elementos positivos sobre os quais pudesse assentar um juízo seguro e as primeiras notícias do Rio de Janeiro eram consideradas insuficientes para elucidar bem acerca do acontecimento. O jornal conjeturava que aquelas vicissitudes não poderiam ser consideradas motivos plausíveis para se condenar as instituições democráticas, uma vez que a república brasileira ainda não entrara no período normal da sua existência, achando-se na crise de formação, fase em que as sociedades estariam sujeitas aos embates mais ou menos violentos. Diante disso, o periódico propunha-se a

⁵⁸ A VANGUARDA. Lisboa, 20 de novembro de 1891. Ano 1. N. 225. p. 1.

fazer uma aproximação interessante, ou seja, recordar uma página da história dos primeiros anos da independência brasileira e passava a descrever a ação de D. Pedro I no fechamento da Assembleia Nacional Constituinte, tentando criar uma equivalência entre as atitudes do primeiro imperador e do presidente brasileiro. A publicação republicana concluía afirmando desconhecer as causas do golpe de estado, mas considerava que o mesmo não representava um perigo iminente e invencível para a integridade da nação brasileira, para os progressos futuros deste país feracíssimo, e, enfim, para a solidez das instituições democráticas, uma vez que o Brasil estaria atravessando simplesmente uma passageira crise de formação⁵⁹.

A imprensa republicana chegou a transcrever trechos do manifesto presidencial, considerando-o sobremaneira importante⁶⁰. Além disso, a respeito da situação no Brasil, persistia na crítica aos jornais que estariam a alardear a crise brasileira, defendendo que cuidados deveriam ser tomados para que fossem evitados prejuízos às relações harmônicas com o Brasil, ainda mais que, diante dos prejuízos comerciais e cambiais, a jovem república pudesse sofrer, seriam exatamente os portugueses os mais prejudicados, uma vez que ficariam impedidas as remessas de dinheiro daquele país para Portugal. Nesse sentido, era dado um recado direto às publicações monárquicas, lançando-se qualificativos negativos sobre os responsáveis pelas mesmas, chamando-os de

⁵⁹ O SÉCULO. Lisboa, 22 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.523. p. 1.

⁶⁰ A VANGUARDA. Lisboa, 23 de novembro de 1891. Ano 1. N. 228. p. 3.

desvairados que, só por ódio político ou espírito especulador, poderiam estar movendo uma campanha desgraçada contra o Brasil⁶¹.

Com a queda de Deodoro, as folhas republicanas não mudaram o teor de seu discurso, pois, embora não mais elogiassem o ato presidencial, persistiam na argumentação acerca da normalidade dos acontecimentos no Brasil. Nesse contexto, *A Vanguarda* afirmava que a república francesa atravessara crises gravíssimas, que muitas vezes fizeram com que os partidários da monarquia lhe vaticinassem a morte, mas que nada disso impedira que a república salvasse a França e que a levantasse ao máximo do seu esplendor, e seria um processo semelhante, o que se estava dando com o Brasil, tendo aproximadamente o mesmo valor. Em manobra diversionista, a folha desviava a atenção para um suposto movimento restaurador, afirmando que a especulação monárquica, tentada em volta da crise política que a nação brasileira atravessava, só poderia impressionar aqueles que julgavam que a servidão era a ordem, mas que a solução das dificuldades que essas crises provocavam seria infinitamente mais simples nas repúblicas do que nas monarquias⁶².

Na concepção do jornal republicano, a deposição do marechal Deodoro e a sua substituição pelo vice-presidente Floriano Peixoto era uma garantia de que o conflito aberto chegara à sua natural solução, visto que desaparecera da cena política o indivíduo contra quem se levantaram as cóleras populares, e tão naturalmente se chegara a esse termo, que a substituição do presidente se fizera

⁶¹ O SÉCULO. Lisboa, 23 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.524. p. 1.

⁶² A VANGUARDA. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 1. N. 230. p. 1.

sem efusão de sangue, ante as simples indicações da opinião, que se pronunciara contra a sua política. Para A Vanguarda, era assim que nas repúblicas se resolviam as crises mais graves, e, uma vez resolvidas, tudo fazia prever que o riquíssimo Brasil asseguraria em bases seguras a sua prosperidade econômica e a sua estabilidade política⁶³. Ao confirmar a derrubada de Deodoro e a ascensão de Floriano, *O Século* acusava a existência na Europa de um projeto conspiratório de restauração da monarquia no Brasil, alertando que não levaria mais longe tais considerações a esse respeito, já que o assunto era delicado e a situação lusa delicadíssima, se alguém se prestasse, entre os portugueses, a cooperar na restauração da monarquia na nação brasileira⁶⁴. Além disso, censurava os jornais que estariam a opinar acerca de uma possível restauração monárquica no Brasil, buscando garantir que não deveriam ter os amigos da liberdade nenhuma apreensão sinistra sobre os destinos da jovem república, podendo ficar tranquilos, pois esse grande e famoso país manteria o glorioso compromisso que contraíra perante o mundo civilizado, e seus filhos não desmentiriam jamais a sua heroica procedência⁶⁵.

O Século persistia em suas versões tranquilizadoras, acusando os jornais autoritários que estariam vendo nos derradeiros sucessos políticos do Brasil sintomas evidentes de uma restauração monárquica, considerando tais conjecturas como infundadas, uma vez que a volta da monarquia no Brasil não

⁶³ A VANGUARDA. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 1. N. 230. p. 1.

⁶⁴ O SÉCULO. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.526. p. 1.

⁶⁵ O SÉCULO. Lisboa, 26 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.527. p. 1.

passaria de um sonho, tanto como o messianismo de Barba Roxa na Alemanha, ou o sebastianismo em Portugal⁶⁶. O desejo de demonstrar que a normalidade voltara ao Brasil era também manifesto por *A Vanguarda* a qual afirmava que felizmente a grande reação brasileira, depois da deposição do presidente Deodoro da Fonseca, entrara em um caminho de tranquilidade e pacificação renascendo a confiança para os desconfiados e inquietos. A folha enaltecia que o câmbio e os fundos brasileiros subiram desde logo, acentuando-se cada vez mais a esperança de que a política daquele país entraria num período de prosperidade e regeneração⁶⁷.

Tais atitudes das publicações antimonárquicas continuariam em dezembro de 1891, caso de *A Voz Pública*, que lançava o argumento de que, com a crise política a qual o Brasil vinha atravessando, os monárquicos portugueses chegaram a ter vagos clarões de esperança no restabelecimento da monarquia bragantina de além- mar, e não tiveram mão em si que não deixassem, nos seus jornais, transparecer o seu sonho ilusório. Diante disso, o periódico vaticinava que a restauração da monarquia poderia entrar na mente cobiçosa de alguns loucos despeitados, mas qualquer tentativa para a sua realização apenas conseguiria acender ali a guerra civil, despertando o espírito separatista dos estados que a federação fizera autônomos, e que não aceitariam por forma alguma uma nova transformação em sentido retrógrado⁶⁸. O jornal criticava as

⁶⁶ O SÉCULO. Lisboa, 28 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.529. p. 1.

⁶⁷ A VANGUARDA. Lisboa, 28 de novembro de 1891. Ano 1. N. 233. p. 1.

⁶⁸ A VOZ PÚBLICA. Porto, 2 de dezembro de 1891. Ano 2. N. 490. p. 1.

folhas monarquistas por atacarem a república brasileira, condenando aquela que seria uma imprensa ligada pelo cordão umbilical aos fundos secretos e que cooperava no coro e num imenso clamor de infamíssimos despautérios, revelando à terra, ao mar e ao mundo que em Portugal o servilismo atingira o período álgido da sua evolução. Além disso, em tom ameaçador, avisava que aquilo o qual escreveram estava escrito, e a reprodução de todas essas infâmias haveria de orientar com precisão a república brasileira, dando-lhe uma ideia nítida da envergadura moral destes *diggers* dos cofres públicos⁶⁹.

Com alívio, a imprensa republicana noticiava que a normalidade parecia estar voltando ao cenário político brasileiro; não havendo, portanto, qualquer espaço para as tendências restauradoras. Nesse sentido, O Século afiançava que a ideia da restauração, que ainda sorria a alguns, fora necessariamente posta à parte⁷⁰. Além disso, o jornal republicano desmentia os representantes do jornalismo que teriam dado curso a boatos alarmantes acerca da tranquilidade pública no Brasil e da situação financeira da praça fluminense. Efusivamente, o periódico destacava que a legação brasileira tinha recebido um telegrama que dava como findos os motins populares no seio da jovem república⁷¹ e no intento de garantir que a tranquilidade estaria garantida no Brasil, a folha enfatizava que os telegramas recebidos do país tropical davam como assegurada a paz em todo o território da república⁷².

⁶⁹ A VOZ PÚBLICA. Porto, 4 de dezembro de 1891. Ano 2. N. 492. p. 1.

⁷⁰ O SÉCULO. Lisboa, 6 de dezembro de 1891. Ano 11. N. 3.537. p. 3.

⁷¹ O SÉCULO. Lisboa, 13 de dezembro de 1891. Ano 11. N. 3.544. p. 1.

⁷² O SÉCULO. Lisboa, 14 de dezembro de 1891. Ano 11. N. 3.545. p. 1

Era esse o descomunal esforço da imprensa republicana portuguesa para apoucar as grandes dificuldades que assolavam a república brasileira, ou, ao menos, transmutá-las em um fenômeno normal e passageiro característico de um regime em construção. O intento fundamental de tais folhas era estabelecer um ar de normalidade cotidiana aos acontecimentos no Brasil, primeiro vendo no ato presidencial um fenômeno justificável, e, após a queda do mesmo, praticamente esquecendo o que fora dito antes, vindo a afiançar que a ascensão do vice-presidente constituiria o maior atestado da correção de rumos nos caminhos seguidos pela jovem república. Sem esquecer os adversários no campo político e ideológico, as publicações republicanas não poupavam críticas aos jornais monárquicos e em grande parte justificavam as dificuldades brasileiras a partir daquilo que propalavam como um sorrateiro projeto sebastianista que pretendia a restauração da forma monárquica no Brasil.

##################

Ao final de 1891, o Brasil passava por sua primeira crise política mais intensa, quando o golpe de estado efetuado pelo presidente teria o impacto de uma pesada ruptura institucional que agitou a vida política do país. Tais fatos foram observados pela imprensa monarquista lusa como a derradeira das crises que afetava o regime brasileiro e prova inconteste de que a república não era uma forma de governo confiável. Já o jornalismo republicano buscou

suavizar a crise, qualificando-a de transitória, típica de uma república em formação. Mais uma vez a grande tendência foi enxergar-se no Brasil um modelo que poderia ser seguido ou evitado às últimas consequências em Portugal, dependendo da orientação expressa em cada uma das publicações periódicas. Ainda que as matérias noticiosas e opinativas fossem sobre o Brasil, era uma óptica espelhada aquela que predominava, pois os jornais lusitanos, monárquicos ou republicanos, ao olharem para o Brasil, viam em essência os destinos de seu próprio país⁷³.

_

⁷³ Publicado originalmente em: *Historiæ*. Rio Grande: Editora da FURG, 2013, v. 4, n. 2, p. 9-38.

A TRANSIÇÃO MONARQUIA – REPÚBLICA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DE UM SEMANÁRIO PORTUGUÊS

No conjunto do noticiário internacional, o Brasil foi um dos países mais presentes nas páginas da imprensa portuguesa do século XIX. As antigas e íntimas relações, as afinidades e interesses em comum, a significativa colônia lusa presente ao longo do território brasileiro e a razoável quantidade de capitais que eram deslocados do Brasil para Portugal foram algumas das razões a justificar esse intenso interesse do leitor lusitano pela narração dos acontecimentos no seio da nação brasileira. Nesse sentido, os fatos que marcaram a transição da monarquia à república no Brasil encontraram sonoro eco junto ao jornalismo lusitano, de modo que a própria proclamação da república, o exílio da família imperial, o falecimento da imperatriz e, posteriormente, do imperador, o golpe de Estado realizado por Deodoro da Fonseca, fechando o congresso nacional, os focos revolucionários brasileiros, mormente a Revolta da Armada, os desentendimentos luso-brasileiros que culminariam com a ruptura de laços diplomáticos entre ambos os países, até o reatamento das relações, seriam relevantes motes editoriais inclusos nas folhas impressas lusas.

Ao final do século XIX, o jornalismo português passava por uma fase de grande progresso, atingindo notáveis níveis de organização editorial e empresarial (TENGARRINHA, 1989). Circulavam os mais variados gêneros jornalísticos, notadamente em Lisboa, tais como os diários considerados nacionais, pela perenidade e magnitude de circulação em termos do conjunto do país, além de caricatos, literários, científicos, pasquins e representantes de determinados segmentos socioeconômicos e/ou político-ideológicos, além de

vários semanário e uma significativa quantidade de folhas editadas em diversas outras cidades próximas ou longínquas à capital do reino (ver; TENGARRINHA, 1989; PEREIRA, 1985; ROCHA MARTINS, 1941; CUNHA, 1941; RODRÍGUEZ, 1996). No conjunto da imprensa lusa, seria publicado na capital portuguesa um semanário de quatro páginas, editado aos domingos, denominado *A Crença Liberal*.

Revelando que ainda se prendia a uma forma de fazer jornalismo como uma iniciativa quase individual, a folha apresentava as figuras de redator e proprietário unificadas na pessoa de Hermenegildo Pedro d'Alcantara. O valor da assinatura era: em Lisboa, 700 réis por trimestre e 1\$400 réis por semestre; nas províncias, 1\$075 réis por trimestre e 2\$150 réis por semestre. A publicação no corpo do jornal custava 100 réis e os anúncios, 20 réis a linha. O escritório da publicação localizava-se na Praça dos Restauradores. A coleção com exemplares remanescentes do periódico dominical na hemeroteca da Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se bastante incompleta, havendo várias lacunas quanto à sua circulação. Segundo os números remanescentes, em 1872, a publicação apresentava-se como sendo editada em seu décimo primeiro ano e teria circulado até dezembro de 1900⁷⁴.

_

⁷⁴ A ausência da primeira edição ou ainda de exemplares em que o periódico fizesse referências ao seu aniversário no acervo disponível impossibilitou que fosse obtidas informações quanto ao seu conteúdo programático ou norte editorial. Uma manifestação política do periódico indica oposição ao grupo político-partidário dos progressistas: "Este governo ignóbil e progressista além de ter praticado as maiores torpezas, tem descido a quantas abjeções há. A sua vida é uma constante ignomínia. Agarrado às pastas não as quer largar decorosamente, empregando todos os meios para que o bolo lhe não caia das mãos." (A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 27, n. 2868, 23



maio 1888, p. 1). A respeito da vida política portuguesa de então, ver: MATTOSO, [s.d.].; PERES, 1935, v. 7; SERRÃO, v. 9; SERRÃO & OLIVEIRA, 2004).

Ao referir-se à mudança na forma de governo brasileira, o periódico demonstrava conhecimento quanto ao avanço do movimento republicano no Brasil, mas considerava que, em caso de rebelião, o imperador ainda resistiria. Apontava também as repercussões que a mudança institucional no contexto brasileira poderia trazer para os lusitanos, mormente os residentes no país tropical:

Há já bastante tempo que se esperava uma revolução na capital do Brasil. O partido republicano trabalhava por minar os alicerces do trono, mas a verdade é que todos supunham também que a influência pessoal do velho imperador pudesse conjurar por algum tempo mais a tempestade.

A desorganização e a indisciplina lavravam há muito no exército. E foi este, que deve ser um elemento de ordem, o que contribuiu mais poderosamente para a revolução.

Não aplaudimos que os exércitos tomem a iniciativa nestes movimentos, e muito mais quando tendem à mudança da forma de governo.

Não se pode ainda prever qual será o desenlace da revolução iniciada, nem as consequências que dela poderão derivar-se para o Brasil e para as nações que com este têm, como nós, mais íntimas relações comerciais. (...)

A nossa corveta *Bartolomeu Dias* partiu para o Rio de Janeiro; deviam sair também o transporte *Vasco da Gama* e mais outros navios de guerra, por isso que temos a proteger não só os interesses portugueses na capital do Brasil mas noutras províncias igualmente importantes.

Julga-se que os revoltosos apelam para o plebiscito.

Nós os portugueses desejamos aos brasileiros as maiores felicidades.

A situação econômica do Brasil pode mudar um pouco e fazer mal a muitos compatriotas nossos que lá residem, e a outros que vivem entre nós dos rendimentos que recebem de lá. (...)

Não cremos mesmo que a situação do Brasil melhore com a mudança de governo. Talvez ainda que a grande nação se tenha de arrepender do passo impensado que deu, no qual teve a iniciativa a tropa e a rapaziada estudantina.

A Espanha também teve há poucos anos a sua república e passado tempo andava em procura de um rei que se sentasse no trono. E a rainha que lá está, apesar de estrangeira, tem governado a contento de todos os partidos.⁷⁵

A chegada da família imperial na cidade de Lisboa foi também noticiada pelo semanário, revelando certa lástima pela situação em que se encontrava o ex-soberano brasileiro:

Inspira dor a aparência do ex-imperador do Brasil. Além de se ver esbulhado do seu trono e empurrado violentamente para terras estranhas, teve que aturar uma praga de repórteres de vários países, que lhe pediam notícias acerca do Brasil, obrigando sua majestade a repetir a mesma coisa um cento de vezes. (...)

Também sua majestade disse que voltaria a ocupar o seu antigo cargo no Brasil se uma contrarrevolução destruísse a república, e ele fosse chamado.

O Sr. D. Pedro não recebeu do atual governo brasileiro todas as atenções devida à sua alta hierarquia. Teve que partir apressadamente para a Europa (...).

A revolução, como já se tem dito, partiu da tropa. Em geral a cidade do Rio de Janeiro não levou a bem semelhante fato, mas não podia resistir-lhe, por isso que os revoltosos eram muitos e estavam armados.⁷⁶

As censuras do hebdomadário lisboeta à mudança na forma de governo brasileira ficariam ainda mais evidenciadas por ocasião do falecimento no exílio da imperatriz brasileira. Em matéria intitulada "A usurpação brasileira", a *Crença Liberal* enaltecia a falecida como uma mártir da revolta republicana ocorrida no Brasil:

⁷⁵ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 28, n. 2902, 24 nov. 1889, p. 1

⁷⁶ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 28, n. 2904, 15 dez. 1889, p. 1

Todas as causas têm os seus mártires. Quem pode duvidar de que a revolução militar ou pronunciamento do Rio de Janeiro, apressou, se não produziu a morte da virtuosa princesa, cuja perda todos os corações de bem hoje deploram?

O imperador, como homem, de ânimo mais forte e filosófico, suportou melhor o golpe cruelíssimo, violento e inesperado que de fato, e não de direito, o privou do trono e da pátria, obrigando-o por alta noite a fugir precipitadamente, para escapar talvez a uma morte, diante da qual não recuariam por certo os piratas que assaltaram a residência imperial e acordaram violentamente os seus habitantes para os fazerem partir para o exílio, debaixo da artilharia de um couraçado, como se fossem criminosos de alta traição.

Não há na história um exemplo que tanto mereça a indignação dos povos civilizados.

Como pode um povo, que se diz nação, ficar com os braços cruzados e deixar-se algemar por meia dúzia de ambiciosos que se fingiram descontentes e agravados, para atacarem a monarquia de meio século e a substituírem pela monarquia eletiva, pois como outra coisa não é que hoje se chama república?!

Como é que esse povo se não se levantou como um só homem, para esmagar os flibusteiros terrestres que assaltam tronos, como os seus predecessores assaltavam navios?

Mas nós não sabemos o que ter sucedido, quando à primeira surpresa sucedesse a reflexão, e quando a nação brasileira acordasse e visse que lhe roubavam um soberano sábio, benévolo, e liberal; para porem em seu lugar alguns ambiciosos e ignorantes propensos ao despotismo.

Nós aqui ainda não conhecemos a verdade dos fatos. A imprensa brasileira está visivelmente com as guias cortadas. Tendo chegado tantos paquetes depois da funesta revolta, ainda não chegou nenhum jornal que narrasse os fatos ocorridos.

Correm boatos ...77

⁷⁷ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 29, n. 2904, 10 jan. 1890, p. 1

Em outra edição, mantendo o título "A usurpação brasileira", a *Crença Liberal* tecia críticas ainda mais contundentes aos governantes republicanos, fazendo diversas acusações:

Os novos senhores do Brasil ordenaram que o país esperasse perto de um ano para ser representado em umas cortes constituintes; eles porém não puderam esperar, e depois de decretarem para si mesmos grossos ordenados, compraram por SEISCENTOS CONTOS o palácio Itamarati para residência do chefe do Estado.

Mas quem é hoje ali o chefe do Estado? O Brasil está sem chefe; o governo que o domina intitula-se provisório. Portanto foi apressada e intempestiva a compra de um palácio para um chefe problemático e a respeito do qual ainda a constituinte há de resolver, e isso daqui a um ano. (...)

No entretanto trata por outro lado de se fazer popular, abrindo um crédito de seis mil contos para socorros públicos. Ao mesmo tempo, prometer pagar as pensões e esmolas que o imperador pagava do seu bolsinho.

O crédito diz-se que é para socorros públicos, mas parece-nos mais verossímil que seja para as despesas eleitorais, da constituinte, de que o governo está grávido, e que promete dar à luz no prazo de nove meses.

Tudo porém quanto se sabe é de origem oficial. A situação e a opinião do país, que devia ser exposta (...) não chega à Europa.

Tudo autoriza a crer que o governo provisório, ou intruso, não quer que se saiba na Europa, senão o que lhe convém; e para isso há de ter tomado as necessárias precauções nos correios e nos telégrafos.

Parece que se levantou um muro de bronze através do oceano, entre a Europa e a América, e que todo o Brasil se converteu em sociedade secreta, tendo por vigilantes 7 membros da heptarquia provisória. É uma revolta a esconder-se, e a deixar ver só a ponta da espada.

Agora aparece mais uma prova que a revolta foi feita com o apoio estrangeiro, e que os seus fautores estão obedecendo às ideias antirreligiosas dos anarquistas.⁷⁸

_

⁷⁸ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 29, n. 2909, 26 jan. 1890, p. 1

O golpe de Estado perpetrado pelo primeiro presidente da república, Deodoro da Fonseca serviria para que o semanário mantivesse seu espírito crítica para com a novel república, dando ênfase aos efeitos que aquela crise poderia trazer para Portugal:

As graves notícias que ultimamente vieram do Brasil produziram em Lisboa grande impressão, principalmente nas pessoas que têm negócios para aquele ponto. (...)

E para isto se fez a república e se destronou o velho D. Pedro que foi forçado a vir para a Europa e assistir, pouco depois, ao falecimento de sua esposa, vítima de certo dos brutais acontecimentos realizados por uma soldadesca desenfreada, sob a direção de reconhecidos ambiciosos e ingratos. (...)

Já se vê que o Brasil não está no seu estado normal, e que os casos sucedidos ultimamente, são como o prólogo de graves acontecimentos que podem fazer perigar a vida e interesses de milhares de famílias, muitas das quais têm residência em Portugal.

Aqui está o que o Brasil tirou da república. Se estava mal, pior está hoje. O eximperador está bem vingado dos agravos que recebeu. A nação brasileira era muito mais feliz quando D. Pedro a governava sábia e liberalmente, pois é indubitável que o real proscrito era um dos monarcas mais ilustrados da Europa. Em Portugal há quem queira fazer o mesmo que se fez no Brasil, mas tais ambições não passam de sonhos pueris.

Os republicanos daqui nada valem, e são tão infelizes que não têm um homem importante a dirigi-los. Combatem o rei e as instituições não porque esperem realizar os seus anelos, mas porque vão explorando parte do povo que ainda os não conhece bem. Em Portugal há mais especuladores que republicanos.⁷⁹

⁷⁹ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 30, n. 2978, 15 nov. 1891, p. 1

Ainda que em pequena nota, o falecimento de D. Pedro II também serviria à folha lisbonense para enaltecer a monarquia, ao noticiar o motivo da morte e as atividades fúnebres⁸⁰. Os distúrbios que eclodiram no Brasil em 1893 serviriam como fatores para que se incrementassem ainda mais as ferrenhas críticas à mudança da forma de governo. A partir da revolta no Rio de Janeiro, a *Crença Liberal* também reforçaria seu antagonismo para com os rumos que seguia o Brasil:

O Brasil debate-se nas convulsões da guerra civil.

Era de esperar que isto assim sucedesse, visto que foi por uma revolução militar que a república se implantou naquela vasta e feracíssima região, fadada pela natureza para ser uma das mais ricas e felizes do mundo.

O velho e sábio imperador, a quem o Brasil devia mais de 40 anos de paz e de prosperidades constantes, foi deposto do trono e expulso com a mais refece ingratidão.

O país, passado o primeiro período de estonteamento que lhe causara a mudança rápida e inesperada das instituições, e sentindo-se caminhar para o abismo do descrédito, para onde foi levado pelos ambiciosos trunfos da governança, começou de agitar-se ao mesmo tempo que nas altas regiões do poder se travava luta acesa e renhida.

Os resultados aí se estão vendo. É a guerra civil, a pior de todas as guerras. Aquela que arma irmãos contra irmãos e faz correr rios de sangue, só para satisfação de uns sujeitos que, para se guindarem às cumeadas do poder, não duvidam caminhar por sobre montões de cadáveres.

Deus proteja o Brasil, bem digno de melhor sorte.

Deixou-se porém cair nas garras da militança, e desde já se pode prever que o desmantelamento do colossal império sul-americano será a consequência fatal do estado anárquico a que o levaram os Deodoros e os Florianos de vária espécie.

⁸⁰ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 30, n. 2981, 13 dez. 1891, p. 1

Não foi a vontade geral da nação quem expulsou das terras de Santa Cruz o mais liberal e, diga-se mesmo, o mais democrata soberano do universo.

Não. Foram as ambições desmedidas e insofridas dos titulares da militança, apoiados na força inconsciente da soldadesca desenfreada.

Toda a vez que, na remodelação política de um Estado não entra como simples e exclusivo fator o sentir íntimo dos seus habitantes de todas as classes, a desordem, com todo o seu cortejo de horrores, é a consequência necessária e fatal desse ato.

E eis porque o Brasil está anárquico.

Eis porque ele se está dando ao mundo em espetáculo bem pouco edificante.

Nem mais nem menos do que nas outras repúblicas da América do Sul, onde as revoltas, as sedições e os conflitos de toda a espécie, são o pão nosso de cada dia.

É esta uma das "belezas" do sistema republicano, à sombra do qual a qualquer é lícito aspirar a tornar-se o chefe supremo da nação, pouco lhe importando os meios de que tenha de servir-se para o conseguir.

A lista civil dos monarcas e de suas famílias é o cavalo de batalha dos republicanos. É o seu argumento de escacha, e é sempre contra ela que arremessam as suas mais aceradas setas.

Mas se o sistema monárquico é a mais segura garantia de estabilidade das instituições, e, portanto, da paz e do bem estar dos povos, abençoado dispêndio, que, ainda assim, como acontece em Portugal e em vários outros países, mais serve para derramar benefícios do que para luxuosas ostentações, ou para aferrolhar, como se vê nas repúblicas e do que podemos citar exemplos recentes e bem conhecidos.

Se se fizesse bem a conta aos prejuízos enormes que o Brasil tem sofrido desde que dali foi expulso o bondoso e respeitável D. Pedro II, veríamos que esse cômputo daria para muitas dezenas de anos da lista civil e olhe-se que se não fazem referências se não aos prejuízos materiais, porque os de outra espécie são incalculáveis.

Todo o país tem o direito de se governo pelo sistema que mais lhe agrade, e não se pode negar ao Brasil a fruição desse direito.

Diremos mesmo que o regime republicano daria talvez naquele Estado, mais sorte, resultados assaz apreciáveis, se essa transição fosse levada evolutivamente.

Não aconteceu porém assim. A mudança política fez-se por meio de uma revolta militar, no meio da indiferença da massa geral da população.

Sob a monarquia, o Brasil poderia ainda por muito tempo conservar-se unido; mas com o atual regime não é provável.

Há estados que podem ter existência autônoma porque são ricos e têm receitas muito superiores às despesas. Há, porém, outros que têm déficit constante e carecem de viver à custa alheia.

Isto assim não pode continuar, porque numa nação tão vasta, a ação central, desprestigiada como anda, é sempre ineficaz e daí a origem do descontentamento que por toda a parte se nota, e que cada vez mais vai lavrando.

Deus proteja o Brasil!81

O agravamento da crise brasileira e os desentendimentos diplomático brasileiro-lusitanos, culminando com a ruptura diplomática, também encontrariam eco nas páginas do hebdomadário português⁸². Já em junho de 1894, o jornal noticiava que o ministro inglês no Rio de Janeiro comunicara ao ministério que, autorizado pelo governo britânico, aceitar a missão de proteger os interesses e súditos portugueses durante o rompimento diplomático, sendo reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro, bem como aceitara fazer a mediação entre ambos os países⁸³. Pouco depois, o periódico buscaria destacar as causas próximas e remotas do conflito com o Brasil:

⁸¹ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 32, n. 3044, 13 out. 1893, p. 1

⁸² A falta de exemplares da *Crença Liberal* referentes a vários dos meses de 1894 e 1895 no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal trouxe entraves a um estudo mais completo acerca das reações do periódico frente à ruptura e ao reatamento diplomático entre Brasil e Portugal.

⁸³ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 33, n. 3059, 1º jun. 1894, p. 1

Há muitos anos que no ministério dos negócios estrangeiros não correm as coisas como fora para desejar e de acordo com a seriedade dos negócios que ali se tratam. (...)

Agora estamos a braços com o Brasil, e andamos de chapéu na mão pelas chancelarias da Europa, pedindo a esmola das simpatias diplomáticas; e lá vai já o governo inglês fazer de medianeiro, e prestar-nos serviços que havemos de pagar talvez com alguma larga concessão no ultramar, porque a Inglaterra não dá ponto sem nó, e sabe pagar-se bem.

O que produziu este conflito? Foi a má vontade do governo brasileiro? Foi imprudência das autoridades portuguesas? O tempo esclarecerá aqueles que ainda estiverem duvidosos. (...)

O resultado aí o estamos vendo. Talvez se tivessem conservado à frente da legação um homem prudente, circunspeto, de espírito moderado e conciliador (...), assim o cremos, ele tivesse sabido entender-se com o marechal e evitar o rompimento das relações que a mocidade inexperiente não soube poupar a Portugal? Oxalá que este caso nos sirva de lição e o ministério dos negócios estrangeiros saiba tirar dela proveito.⁸⁴

Ainda que as relações diplomáticas luso-brasileiras viessem a ser reatadas, a *Crença Liberal* não deixaria de tecer críticas à nova forma de governo, como no caso do artigo "O câmbio no Brasil", no qual confirmava suas convicções antirrepublicanas e utilizava o caso brasileiro como um exemplo para aqueles que quisessem "se aventurar" pelos caminhos republicanos:

Assim como há assassinos que matam as pessoas, há os também que matam as nações. Aqueles que fundaram a república no Brasil, foram ao mesmo tempo os assassinos da sua pátria.

⁸⁴ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 33, n. 3061, 4 jul. 1894, p. 1

O câmbio do Brasil está abaixo de 10, e assim se conservará por largo tempo.

O Brasil ia prosperando a olhos visto (...) nos últimos tempos do império (...).

Os principais fundadores da república, de pobretões que eram, em pouco tempo, tornaram-se milionários, e arruinaram, em proveito próprio, um país que estava florescendo e ia medrando no seio da paz, sem a qual nenhum país progride.

O Brasil está dando lições à Europa e mostrando-lhe o perigo de querer mudar a constituição de um povo e destruir de repente as suas instituições seculares. (...)

Quem pode duvidar de que a revolução brasileira foi feita com o ouro americano, e que o Brasil é o escravo acorrentado do *Uncle Sam*, que não quer a prosperidade de um país que lhe faz concorrência aos seus produtos coloniais, sobretudo no algodão que nos mercados da Europa lhe pode fazer um grande mal.

Também a Inglaterra não quer a prosperidade do Brasil, porque vê os produtos das suas colônias ameaçados e assim o Brasil combatido pelas forças combinadas de duas grandes nações, há de se prever-se a braços com a guerra civil, que o ouro estrangeiro lhe desenvolve e mantém de portas a dentro.

Os patriotas que no Brasil mataram o império, inventaram para o substituir a guerra civil, que há de aniquilar um país destinado a ser grande.⁸⁵

Assim, no universo de reações da imprensa portuguesa a respeito da mudança na forma de governo no Brasil, a *Crença Liberal* representaria um pequeno microcosmo em tal conjunto. Ainda que chegasse a apontar que todos os povos tinham direito a autodeterminar-se, inclusive no que tange aos seus "regimes" governamentais, a folha jamais aceitou a transformação republicana no Brasil, considerando-a como uma aventura militaresca. De acordo com o jornal, a inovação republicana não fora fruto da decisão do conjunto da nação brasileira e sim a criação de um grupo político pouco significativo amparado pela força dos militares. Na perspectiva da folha, aquele ato significara uma

⁸⁵ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, a. 34, n. 3059, 2 abr. 1895, p. 1

afronta desmerecida à figura do imperador brasileiro, amplamente elogiado pela publicação lusa. Os desmandos político-administrativos, as ondas revolucionárias e as dificuldades econômico-financeiras do Brasil eram utilizados pelo semanário para corroborar seus argumentos de que a república fizera mal ao jovem país, o qual acabara por adentrar nos considerados instáveis caminhos de constantes golpes e contragolpes das demais repúblicas sul-americanas, além de ter ficado vulnerável à ação imperialista das nações mais poderosas.

Diante de um quadro pintado como tétrico, com a mudança na forma de governo, o periódico dominical acabaria por considerar que só uma intervenção divina poderia salvar o povo brasileiro dos descaminhos pelos quais os novos detentores do poder arrastavam o país. Em linhas gerais, a *Crença Liberal* seguia os ditames editoriais de uma significativa parte da imprensa lusa, amplamente preocupada com os interesses financeiros da nação lusitana e com os destinos da ampla colônia portuguesa em terras brasileiras. Além disso, em termos discursivos, o hebdomadário demonstrava claramente seus pendores monarquistas, em uma época na qual os ideais republicanos e a crise do governo monárquico tornavam-se cada vez mais agudos em Portugal, de modo que criticar a mudança da forma de governo no Brasil era também uma estratégia discursiva para defender o *status quo* português⁸⁶.

-

⁸⁶ Texto adaptado a partir do publicado em: *Biblos.* Rio Grande: Editora da FURG, 2010, v.1, n. 1, p. 115-126.

Referências bibliográficas

CUNHA, Alfredo da. *Relances sobre os três séculos do jornalismo português*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941.

MATOSO, José. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MARTINS, Rocha. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *O jornalismo português: resenha cronológica*. Lisboa: Tip. Soares, 1895.

PERES, Damião. História de Portugal. Barcelos: Portucalense, 1935. v. 7.

RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 351-396.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – o terceiro liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986. v. 9.

SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900).* Lisboa: Presença, 2004. v. 10.

IMPRENSA PORTUGUESA E BRASILEIRA: PERSPECTIVAS TRANSVERSAIS

TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

O ULTIMATO BRITÂNICO SOBRE PORTUGAL EM 1890 NO OLHAR DE DUAS PUBLICAÇÕES ILUSTRADO-HUMORÍSTICAS BRASILEIRAS: BREVÍSSIMO ENFOQUE

Em termos de cobertura internacional, um dos países mais intensamente abordados pela imprensa brasileira foi Portugal. As tradições históricas, os laços culturais em comum, as práticas comerciais e a presença de uma forte colônia lusa no país eram alguns dos fatores que levavam a essa aproximação jornalística luso-brasileira. Nessa linha, desde acontecimentos comezinhos ou circunstanciais, até questões estruturais/conjunturais ocorridas na conjuntura lusitana, encontravam eco nas páginas das folhas brasileiras. Editoriais, longas matérias, transcrições e breves notas serviam para trazer detalhes da vida portuguesa para as grandes cidades e os rincões do país tropical. Tal processo também se fez valer por ocasião da imposição do ultimato inglês sobre Portugal, o qual repercutiu junto aos representantes da imprensa brasileira da época. Tais repercussões ocorridas, mormente em janeiro de 1890, em duas publicações ilustrado-humorísticas brasileiras, na forma de brevíssimos estudo de caso, constituem o objeto de estudo deste trabalho.

Ao final do século XIX, Portugal vivia profunda crise política e o ultimato britânico estabelecido em janeiro de 1890 foi um dos fatores que mais agravou tal situação. O projeto imperialista da Grã-Bretanha de dominar a África de norte a sul não levou em conta as velhas alianças com Portugal, cujos supostos direitos sobre terras localizadas em suas possessões entre Angola e Moçambique foram desconsiderados, sendo os lusitanos obrigados a abandonar tais pretensões. O ato de ceder à pressão inglesa teria um altíssimo custo político em relação às autoridades públicas portuguesas, gerando ferrenhas explosões de contestação, acirrando-se os espíritos de reivindicação, inclusive

com o espocar de uma revolta republicana na cidade do Porto. Perante o ultimato, se desenharam na opinião portuguesa duas correntes opostas, ou seja, os receosos das consequências que queriam pactuar desde a primeira hora e aqueles que entenderam pelo dever da resistência, de modo que os britânicos só venceriam pela força, mas sem a legitimidade do esbulho, que impuseram aos lusos. Com a revelação do acordo britânico-lusitano, houve a explosão de uma indignação patriótica exaltada e fremente e, na imprensa e nas ruas, manifestou-se um sentimento de unanimidade de protesto e de ódio à Inglaterra, que, dentro em breve, atingia a monarquia e o rei. Estabelecia-se, desse modo, o agravamento da crise, com insistentes trocas de ministérios na constante busca por soluções⁸⁷.

Nesse contexto, a intimação britânica lançou o país em um estado de emotividade próximo da insurreição, no qual se sucederam, com grande espontaneidade, os comícios, as conferências sobre as causas do conflito, os gestos simbólicos de desagravo e as iradas imputações de responsabilidade, vindo a ser o ano de 1890 todo de um crescendo de motivos revolucionários⁸⁸. Assim, o ultimato desencadeou um movimento de protesto que veio a estar na base da intentona republicana de 31 de janeiro de 1891, no Porto. No bojo das motivações de tal movimento estiveram também os condicionantes de média duração, como a agudização dos conflitos interimperialistas, a grande depressão

⁸⁷ GUEDES, Marques. Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910. In: PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935. v. 7. p. 414, 417, 419 e 427-429

⁸⁸ HOMEM, Amadeu Carvalho. *A propaganda republicana (1870-1910).* Coimbra: Coimbra Editora, 1990. p 41 e 43.

internacional, a crise financeira e política caraterizada em Portugal na contestação do livre-cambismo e do rotativismo constitucional e na defesa do chamado trabalho nacional. Entretanto, a causa imediata da insurreição foi o choque da opinião pública perante a intimação do imperialismo britânico⁸⁹.

Desse modo, a partir do ultimato britânico, republicanos e monárquicos convergiram em um protesto veemente que trazia em si a válvula de escape de todos os descontentamentos contra a política que se tinha e a sociedade em que se vivia. Nessa época, não só os republicanos foram às ruas protestar, sendo acompanhados pelos regeneradores que faziam oposição ao gabinete progressista, levando à sua derrubada e a um acirramento ainda mais veemente das disputas entre os dois partidos monárquicos. Mas foi no seio do republicanismo que se desencadeou a maior agitação, uma vez que o desprestígio da monarquia e dos seus governantes convenceu muitos republicanos de que chegara o momento de lhe por fim. Mas, diante da insurreição antimonárquica de 1891, o Partido Republicano Português concluiu que não existiam condições para uma revolução imediata com perspectivas de triunfo de modo que não bastava a agitação das ruas para garantir a proclamação de uma república. Assim, foi, sobretudo, um grupo de sargentos do Porto, com poucos oficiais e alguns civis que alimentou a ideia da revolta, mas, mal planeado o movimento só triunfaria por um bambúrrio da sorte, que não

-

⁸⁹ CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de outubro de 1910*. 2.ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000. p. 114-115.

aconteceu e, em seguida, a repressão não se fez esperar⁹⁰. Nesse quadro, naquele início dos anos 1890, a crise da monarquia atingira o ponto mais alto. O país sofria os efeitos do traumatismo causado pelo ultimato, que desgastavam o sistema político, vendo-se envolvido em uma onda de pessimismo que traduzia um grande sofrimento moral⁹¹.

O ultimato britânico foi um tema abordado junto à imprensa brasileira, como foi o caso das publicações ilustrado-humorísticas que, apesar de sua predileção pelo jocoso, pelo irônico e pelo sarcástico, não deixava de levar em frente seu espírito crítico⁹², notadamente ao colocar-se em defesa dos interesses

⁹⁰ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. A conjuntura. In: SERRÃO, Joel. & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900).* Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 508 e 510-511.

⁹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal — o terceiro liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986. v. 9. p. 90. Breve contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Debates sobre política exterior nas páginas da imprensa rio-grandina: dois ensaios históricos*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2020. p. 9-11.

⁹² A respeito de tal gênero jornalístico, ver: FLEIUSS, Max. In: A caricatura no Brasil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, tomo 80.; LAGO, Pedro Corrêa do. Caricaturistas brasileiros. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.; LIMA, Herman. História da caricatura no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; MAGNO, Luciano. História da caricatura brasileira. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.; SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, N. (org.). História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.; SINZIG, Pedro. A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social. Petrópolis: Vozes, 1911.; TÁVORA, Araken. D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura.
2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.; e WERNECK, Humberto. A revista no Brasil. São Paulo: Editora Abril, 2000.

lusos, que a grande potência britânica intentava subjugar. Um desses periódicos circulou na mais meridional unidade administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade do Rio Grande. Nesse quadro, o *Bisturi* foi uma das mais importantes publicações do gênero caricato no contexto sulbrasileiro, atuando como autêntico representante do jornalismo crítico-opinativo, ilustrado e satírico-humorístico. Com aguçada ironia, apresentou a realidade a partir do traço caricatural, mesclando texto e imagem na articulação da crítica política, social e de costumes. Circulou semanalmente de forma regular entre 1888 e 1893, mantendo sua edição até meados da década de 1910, de modo esporádico e irregular. Desde os primeiros números, alinhou-se ao liberalismo e, com a proclamação da República, apoiou a transformação, imaginando um modelo liberal para a nova forma de governo. O autoritarismo predominante acabaria por colocar o *Bisturi* na oposição aos governos ditatoriais, ultrapassando as raias da disputa política para atuar na resistência ao regime autoritário, sofrendo fortes perseguições por tal postura⁹³.

As repercussões do ultimato britânico sobre Portugal nas páginas do *Bisturi*, em sua maior parte contaram com a típica defasagem temporal advinda da distribuição semanal da folha caricata. Uma delas ocorreu na forma de caricatura estampada na capa do hebdomadário na qual já se verificava a

_

⁹³ Acerca do *Bisturi*, ver: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.; e FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX.* Porto Alegre: Globo, 1962.

posição do periódico favorável a Portugal⁹⁴. Tal desenho não apresentava um texto de referência correspondente ao longo das demais páginas, o que era comum de acordo com os padrões editoriais da publicação caricata, demonstrando que só a ilustração já seria suficiente para explicar os acontecimentos pelo prisma caricatural.

A gravura gravada na página de abertura do semanário rio-grandino mostrava as figuras de dois militares, um português, o outro britânico. O primeiro marchava sobre o território em litígio no continente africano e olhava para o adversário com a arma ao ombro. O outro, um arremedo de John Bull – tradicional símbolo do imperialismo inglês –, tinha a arma a tiracolo, mas contava com uma belonave e um canhão, colocados ao fundo da imagem, em alusão ao poderio naval da potência europeia. Para certo espanto do indivíduo britânico, o soldado luso bradava em nome dos direitos territoriais de seu país, proferindo a frase: "Oh! inglês de uma figa, não é com essa carantonha, nem com teus formidáveis petrechos bélicos que o velho e heroico Portugal se espanta. Ainda o sangue português não adormeceu no coração dos seus filhos". A sentença era complementada por uma expressão depreciativa aos ingleses: "Godeme".

DICTIDI Dio Cr

⁹⁴ BISTURI. Rio Grande, 26 jan. 1890.



Pouco depois, o *Bisturi* publicou matéria sob o título "Verdadeiro patriotismo", na qual aplaudia as atitudes da colônia lusitana na cidade do Rio

Grande⁹⁵. Nesse sentido, o hebdomadário destacava a reunião de "um avultado número de cidadãos portugueses, com o patriótico fim de lavrarem um enérgico protesto contra as indecorosas pretensões da Inglaterra", vindo a oferecer "aos seus gloriosos irmãos de além-mar, todo o seu prestígio pessoal", de modo que Portugal não viesse a recuar "um só passo, continuando a manter-se nobre e altiva". Em tais colunas, a folha considerava que "o procedimento da colônia portuguesa" na urbe portuária fora "soberanamente honroso para Portugal", a qual deveria, "mais do que nunca orgulhar-se" dos seus filhos. Segundo o periódico, tal reunião ocorrera para tratar "exclusivamente da importante questão" que agitava "a velha pátria de Camões" e ocorrera "animadíssima". Destacava que se pudera notar "em todos que faziam parte da numerosa e seleta assembleia, o seu grande amor pela pátria", bem como "a sua justa indignação pelas pretensões absurdas e imorais da Inglaterra, que, se prevalecendo da superioridade das suas armas e da sua força", pretendia "extorquir a Portugal o que legitimamente" lhe pertencia. Com entusiasmo, o semanário caricato garantia que Portugal estava "firmemente resolvido" a "defender energicamente os seus sagrados direitos, contra o poder da força". Enfatizava que a nação lusa não recuaria, nem se amedrontaria diante das ameaças, uma vez que tinha "ao seu lado o direito e a justiça da nobre causa", a qual defendia "com heroísmo", contando com "os aplausos das nações civilizadas". Em conclusão, e demarcando claramente suas convicções, o Bisturi bradava a expressão: "Glória ao povo português".

-

⁹⁵ BISTURI. Rio Grande, 2 fev. 1890.

Na mesma edição, a questão anglo-lusitana era mais uma vez traduzida pelo hebdomadário sul-rio-grandense a partir de uma caricatura 96. A gravura trazia um homem com trajes típicos portugueses e identificando sua nacionalidade a partir do nome escrito em seu chapéu. Ele olhava com galhardia para um poderoso leão, simbolizando a Inglaterra, que se mostrava pronto para atacar o outro com ferocidade. O lusitano não mostrava temor diante do animal feroz, em alusão à arrogância ameaçadora e até mesmo a crueldade, imputadas à Grã-Bretanha. Demonstrando uma visão mais ampla da conjuntura internacional, o periódico mostrava a representação de outras potências – França, Espanha e Rússia que, ao longe, sobre elevações do terreno, estariam a observar os acontecimentos por meio de lunetas. O desafiador português afrontava o leão inglês, sem medo e pronto a sacrificar a vida pela causa pátria, com a sentença: "Sim, tu és forte e eu sou fraco! Possuis terríveis garras e muita ousadia, mas não nos amedrontas. Estamos esperando o teu salto e... preferimos a morte do que deslustrar as tradições gloriosas do velho Portugal".

_

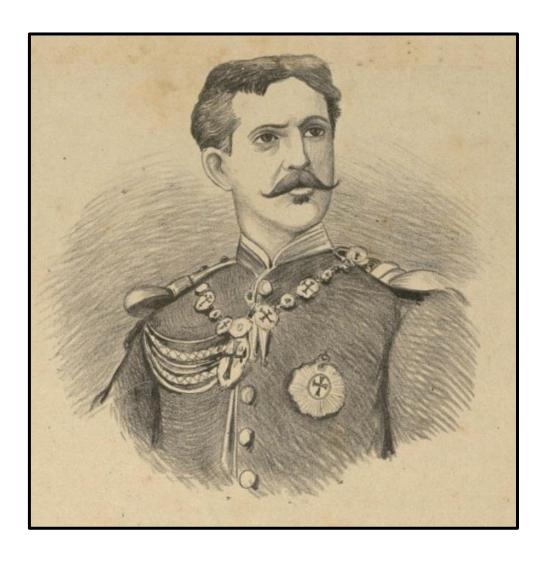
⁹⁶ BISTURI. Rio Grande, 2 fev. 1890.



O militar português diretamente vinculado às disputas com os ingleses no continente africano foi homenageado com a publicação do seu retrato na primeira página do *Bisturi*, acompanhando de um correspondente texto laudatório⁹⁷. Nessa linha, a folha afirmava que trouxera em sua "página de

⁹⁷ BISTURI. Rio Grande, 9 mar. 1890.

honra o retrato do valente e destemido patriota Major Serpa Pinto, um dos vultos mais notáveis da grandiosa pátria de Camões". O periódico explicava que, para se referir àquele "paladino da civilização", o qual compunha a "hodierna falange da glória do velho Portugal", seria preciso "burilar a frase, emoldurar o pensamento", de modo a dar "vida a tudo quanto" ia "na alma de belo, de santo e de sublime", quando tal nome era escrito. Serpa Pinto era comparado pelo hebdomadário ao "imortal cantor das Lusíadas" e ao "emérito Herculano", por ter elevado "o já glorioso nome do velho Portugal ao apogeu de uma imortalidade tão sublime", venerada pelo "mundo inteiro do alto da sua consciência", lembrando um "longo período de conquistas civilizadoras", que "o velho guerreiro" alcançara "para a sua divina fronte". De acordo com o periódico, não havia quem não pronunciasse "com respeito e admiração o nome deste valente oficial português", o qual, "com a sua indômita coragem, com o seu grande amor à pátria", conseguira "captar simpatias, concitar a admiração do mundo civilizado para o seu grande país, o seu querido Portugal". Em tom encomiástico, o Bisturi se referia ao "destemido explorador africano", que levantou "tão alto as glórias dos seus valentes compatriotas", vinculando "à sua história mais um feito de heroísmo, que as gerações futuras" haveriam "de aplaudir satisfeitas". Serpa Pinto era descrito como "uma individualidade" que já não mais pertencia a si mesmo, pois, "para a pátria portuguesa", seria "o mesmo que o sol para a humanidade". Era também considerado como o "herói do dia" que, naquele século, "mais brilho" dera "ao seu país", com "exemplos de patriotismo, que a geração hodierna" deveria "tomar para ensinamento de seus princípios patrióticos". Finalmente, em conclusão, o semanário declarava que tal indivíduo não poderia "desaparecer mais da história portuguesa, tão arraigado" estaria "o seu nome à ela".



Ainda na mesma edição, não deixando de lado a abordagem bemhumorada, o Bisturi enaltecia a coragem lusitana no texto denominado "Os portugueses"98, destacando que era, "indubitavelmente, um povo guerreiro", como afirmava "toda a gente". A respeito do tema em pauta, enfatizava que "de toda a parte" via-se "levantar os portugueses, de arma em punho, e prontos a se baterem com a poderosa Inglaterra". Considerava que "cada um português assentando com a espada pela cabeça de um inimigo", equivalia a contar que o mesmo estaria "rachado meio a meio", de modo que, "de um inimigo" fazia-se "logo dois, a metade para cada lado". Como era comum aos semanários caricatos, o periódico misturava a redação jornalística com as conversas do cotidiano. Referindo-se a um "Mendonça da loja de louça, português valente como as armas", o qual, "num ímpeto de entusiasmo pátrio" teria dito que era "homem para oito ingleses, e só de uma cutilada" poderia deixá-los "todos numa massa de sangue". Nesse sentido, o jornal ressaltava que "os portugueses, em cada cutilada", obteriam "em resultado a multiplicação dos inimigos". Diante de tal constatação, a folha sentenciava: "Cuidado, senhores ingleses". Desse modo, o Bisturi utilizou-se de suas colunas textuais, caricaturas e desenhos para sustentar as motivações lusitanas, em detrimento das pretensões britânicas⁹⁹.

Outra publicação do mesmo gênero que circulava no Brasil naqueles primórdios dos anos 1890 foi a *Revista Ilustrada*, uma das mais importantes publicações ilustradas e humorísticas do Brasil do século XIX. Fundada em

⁹⁸ BISTURI. Rio Grande, 9 mar. 1890.

⁹⁹ ALVES, 2020. p. 24-31.

1876, pelo artista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini, ela influenciou diretamente a arte caricata expressa por meio da imprensa nas mais variadas localidades brasileiras que adotaram tal estilo jornalístico. Agostini foi jornalista, editor e militante político, mas, como ilustrador e caricaturista, se consagrou¹⁰⁰. Sua produção, além de extensa, adquiriu características diversas e acentuou sua principal habilidade, a de sensível cronista visual¹⁰¹. Ele engrandeceu as suas criações com o sentido político que lhes deu, manejando o lápis como arma no nível e com a eficácia do ilustrador meticuloso, que apanhava com o seu traço inconfundível não apenas os detalhes que a observação colhia, mas a profundidade e a significação que se exteriorizava nesses detalhes¹⁰². Na *Revista* aparecia uma crônica do cotidiano e de costumes, estabelecendo uma proximidade com o leitor, criando com este uma comunicação direta e espontânea, impregnada ora de delicadeza, ora de humor, ora de atrevimento¹⁰³.

Especificamente acerca do ultimato britânico, a Revista Ilustrada publicou mais especificamente sobre o tema uma alegoria e um artigo nos quais criticava as intenções imperialistas dos ingleses e partia em defesa dos portugueses. No

¹⁰⁰ COSTA, Carlos. A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro. São Paulo: Alameda, 2012. p. 249.

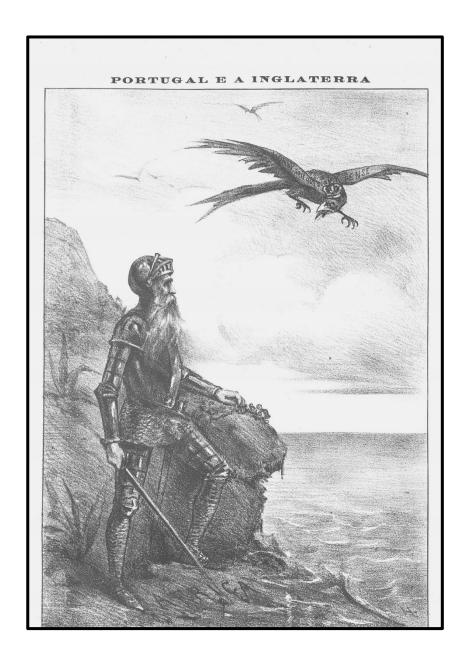
¹⁰¹ MARINGONI, Gilberto. Angelo Agostini: a imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910. São Paulo: Devir Livraria, 2011. p. 85.

¹⁰² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 217-218 e 220.

¹⁰³ SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. D'O Brasil Ilustrado (1855-1856) à Revista Ilustrada (1876-1898): trajetória da imprensa periódica literária ilustrada fluminense. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. p. 221 e 229.

desenho alegórico, sob o título "Portugal e a Inglaterra", o velho cavaleiro – símbolo tradicional da nação lusitana – encontrava-se de espada em punho, pronto para defender seu quinhão colonial em relação a uma ave de rapina coroada, que sobrevoava o território lançando um olhar de cupidez sobre o mesmo, referindo-se ao imperialismo britânico, havendo ainda no horizonte outras da mesma natureza que se preparavam para perpetrar o ataque. Em tom exortativo, a folha ilustrada colocava como legenda um estímulo à defesa dos interesses lusos: "Continua, velho guerreiro glorioso! Mantém a tua nobre atitude, e não receies do sinistro crocitar da ave, em torno do que é teu!..." 104.

¹⁰⁴ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, jan. 1890.



No que tange ao conteúdo textual, a publicação carioca apresentou a coluna denominada "Em guarda!", reforçando sua postura de antagonismo para com as pretensões imperialistas inglesas e a favor dos desígnios lusitanos, bem como reforçando seu tradicional pensamento antimonárquico:

As últimas notícias telegráficas de Portugal dizem-nos que o governo inglês deu ordem para que a sua esquadra bombardeasse Moçambique.

O procedimento indecoroso e vil da Inglaterra, a despeito das severíssimas reprimendas que lhe são constantemente infligidas pela quase totalidade da imprensa europeia, independente, está longe de ter simplesmente o alcance que lhe querem dar e que se resume em poucas palavras: a usurpação dos territórios africanos.

A Inglaterra quer mais!

Forte como se julga, arrotando milhões esterlinos, ejaculando carvão para todo o mundo, não quer que lhe perturbem a digestão; e, vendo que o fato da proclamação da república no Brasil teve larga repercussão em Portugal, onde um partido republicano, antigo, forte e disciplinado se agitou nervosamente e ficou mais predisposto para a luta, ela, a velha raposa, manhosa, precavida com é, teme que, vitoriosa a ideia republicana no velho reino, rapidamente se propague a toda a raça latina, formando, assim, um colosso republicano inexpugnável, que ninguém mais se atreverá a desfeitear...

Ora, esta ideia perturba, como dissemos, a digestão da velha raposa loira, e é isso que mais depressa a faz acender os seus morrões, não tanto para aniquilar o velho reino, senão, de preferência, as aspirações dos republicanos portugueses.

Mas, é ocasião de falar franco à Inglaterra:

Estão verdes, minha raposa, estão verdes... A ideia que tu pretendes matar, porque te incomoda, porque te enfraquece, não cai assim com duas razões. Está demasiado alta para que lhe possas cravar os dentes. Se não for Portugal, será a Espanha o pomo da discórdia lançado nesse bazar de quinquilharias monárquicas, cuja falência é inevitável. – E quem sabe, se o teu procedimento vilão, não apressará o termo desse pleito! – ó velha raposa loira?!...

Nesse quadro, a brevíssima abordagem apresentada, levando em conta dois representantes da imprensa ilustrado-humorística brasileira, reflete um microcosmo do universo de reações que o ultimato britânico sobre Portugal despertou junto do jornalismo brasileiro. Além das tradicionais relações lusobrasileiras que levavam tais periódicos a uma simpatia para com a causa lusitana, havia também a perspectiva da luta do forte com o fraco e uma maior identificação com este. Somava-se a isso um já histórico antagonismo, igualmente presente no Brasil, para com a diplomacia da força empregada pela Grã-Bretanha, fazendo valer seus interesses a qualquer preço, mesmo quando impunha sua vontade até a humilhação do país que se tornava alvo de suas intervenções. Ao longo do período imperial e, mais especificamente três décadas antes, o próprio Brasil fora constrangido pela diplomacia da canhoneira britânica, por ocasião da Questão Christie, que levou a imprensa nacional a uma intensa mobilização em verdadeira cruzada antibritânica, em fenômeno que viria a repetir-se um lustro depois daquele ultimato, com a Questão da Ilha da Trindade. O periodismo servia assim como uma espécie de válvula de escape de um espírito anti-imperialista latente no país e que voltaria a aflorar naquele início de 1890, no caso da pressão inglesa sobre Portugal.

O PAÍS E A EFEMÉRIDE DO 5 DE OUTUBRO

A virada do século XIX para o XX foi marcada por uma evolução quantitativa e qualitativa da imprensa brasileira, cujo epicentro foi a cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a 1º de outubro de 1884 passou a circular O País, de ação marcante na formação histórica brasileira¹⁰⁵. Essa publicação carioca teve relevante participação na campanha abolicionista e notabilizou-se pela ação antimonárquica, tornando-se um dos mais conhecidos porta-vozes do movimento republicano. A partir da mudança da forma de governo, em 1889 permaneceu na defesa do novo regime, variando sua postura no apoio direto à presidência da república durante os primeiros tempos republicanos. Nas ações das dissidências, que se opuseram às candidaturas oficiais, como no caso da Campanha Civilista e da Aliança Liberal, atuou como ardoroso defensor da causa governista. Tal posição custaria caro ao jornal, pois, com a vitória da Revolução de 1930 sofreu sério revés, com sua sede sendo empastelada, vindo a sua circulação a ser interrompida entre 24 de outubro de 1930 e 24 de outubro de 1933. Nesta data retornou às atividades, mas suas edições não durariam muito, vindo a desaparecer em 18 de novembro de 1934¹⁰⁶.

Em sua origem, o jornal dizia que sua pretensão seria a de "corresponder, ao menos com a inteireza de ânimo, a coerência de espírito e a firmeza de propósito" para atender a "benignidade pública", buscando "alentar os fracos e

¹⁰⁵ Sobre *O País*, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil.* 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 192, 195, 222, 236-237, 239-240, 246, 247, 252-254, 257, 262, 266, 268, 278, 284, 288, 292, 300, 307, 309-310, 324, 327, 329-330, 332-336, 340-341, 347, 349, 352, 364, 366, 371 e 375.

¹⁰⁶ LEAL, Carlos Eduardo. *O País*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas [s.d].

guiar os inexperientes", destinando, enfim, "a eficácia" de seus "esforços pelo engrandecimento da nossa terra"107. Por ocasião de um de seus aniversários, em 1919, o periódico era descrito a partir de seu "passado de lutas pela liberdade que já constituiu verdadeiro patrimônio nacional", como foram no caso da causa abolicionista e da republicana, "destacando-se, então, como o órgão vibrante de todas as grandes reivindicações sociais e políticas que naquele tempo agitavam a nacionalidade". Mais tarde, o diário passaria "a ser um dos baluartes dos interesses conservadores, prestigiando sempre o princípio da autoridade contra todas as ameaças subversivas", para depois firmar-se como "grande órgão contemporâneo", dotado "de todos os melhoramentos para a conquista das preferências do público", ocupando "na imprensa brasileira uma posição de incontestável prestígio"108.

A época da implantação da república no Brasil, O País era um dos mais conhecidos órgãos do republicanismo, inclusive no contexto internacional, como foi o caso de Portugal. Além disso, havia um profícuo intercâmbio entre seus articuladores e os republicanos lusos, que aplaudiram a mudança institucional no Brasil. No mesmo sentido, o jornal carioca foi um entusiasmado divulgador e defensor da república instalada no contexto lusitano em 5 de outubro de 1910¹⁰⁹. Desde então, ao longo de sua existência a efeméride demarcada pela data da mudança da forma de governo em Portugal passou a

¹⁰⁷ O PAÍS. Rio de Janeiro, 1º out. 1884.

¹⁰⁸ O PAÍS. Rio de Janeiro, 6 out. 1919.

¹⁰⁹ Tema abordado no número 120 desta Coleção.

ser recorrentemente enaltecida nas páginas de *O País*, por meio de manifestações textuais e imagéticas, com predileção para a figura da dama republicana e de retratos de homens públicos lusitanos, que serviam para exalçar o regime implantado em 1910.

Na passagem do primeiro ano da instauração republicana em Portugal, o periódico apresentou o "1º aniversário da república irmã", estampando em sua primeira página a capa do programa da sessão que se realizaria no Teatro Municipal, pelo Grêmio Republicano Português em homenagem à efeméride. Na ilustração, duas figuras, uma masculina e a outra feminina, representando o povo português, erguiam uma coroa de louros a ser colocada na cabeça do símbolo do republicanismo, a dama do barrete frígio. Além disso, a folha tecia as considerações que se seguem à gravura:



Completa hoje o seu primeiro ano de vida a república portuguesa.

Este simples registro é um hino de glória. Desestimaram a nascente democracia, viam-lhe com olhos vesgos o berço radioso, vaticinaram-lhe mal o futuro, negaram-lhe a capacidade de existir e de crescer; e ela persistiu em viver, desenvolveu-se e avultou com os dias que passavam, caminhou, com o tempo, o seu caminho. Passado o primeiro ano , aí está, dominando a dúvida de uns, a má vontade de outros, a admiração de quase todos: ficou e venceu. Este ano conquistado, segura e galhardamente, através dos entraves de todas as conquistas dessa natureza, é, por si próprio, um hino à república.

Ao cabo de trezentos e setenta e cinco dias, em que cada hora é um combate ganho, um palmo de terreno avançado, em uma luta em que o inimigo está na mesma fatalidade de todas as transformações políticas, a república portuguesa mantém a sua bandeira gloriosa, em cujo estofo se entretecem as reformas, as resoluções enérgicas, os movimentos liberais, as atitudes audazes com que vai remodelando a feição moral do seu país, rompendo com a rotina e os prejuízos tão decisivamente quanto rompeu com as cores representativas de uma determinada fase extinta. Vibra em derredor dessa bandeira erguida, como salvas de saudação, o clamor entusiástico dos republicanos que a festejam hoje por toda a face do globo, onde haja espalhada uma parcela da nova geração portuguesa; ecoa, ainda como uma homenagem ao vexilo vitorioso, o rumor dos protestos que morrem, dos vaticínios que se desfazem, dos boatos que se perdem confusamente ao longe.

Para a república portuguesa, no dia de hoje, a melhor consagração foi, de certo, a desse rumor que avulta em torno da sua vitória, ora de saudação, ora de ameaça, rumor que é a vida no seu necessário contraste, que é o triunfo no seu intervalo humano, que é a cura na sua inevitável reação.

Os que supuseram um dia extinguir com a poeira revolta o fulgurar de uma efeméride como esta, desvanecer com o sobressalto e a dúvida dos alarmas alvissareiros o valor de uma consagração semelhante, esqueceram-se da lei fatal que faz com que o objeto sagrado mais se exalce para a dedicação generosa com a insinuação de um perigo e que dá ao foco luminoso um destaque mais forte na sombra que pretenderam criar. Para os crentes é o entusiasmo que se aviva e crepita, pelo mesmo sentimento humano que leva a afirmar com a sua solidariedade a indestrutibilidade de uma obra ou de um símbolo; para os estranhos, é o relevo de

uma conquista, que se realça justamente pela resistência aos golpes e às reações com que a combatem.

Não é descabido dizer, neste momento que a república portuguesa não pode sair excepcionalmente da condição de todos os regimes que feriram opiniões e costumes, que deslocaram hábitos e interesses, que quebraram uma ordem política para fixar outra em seu lugar; ela tem de sofrer a crise febril que, nos indivíduos, como nas nacionalidades, é a consequência de um processo de cura. O contrário é que é a exceção. Não há médico experiente nem opinião refletida que dê ao fenômeno uma importância maior do que a que ela fisiológica ou politicamente deve ter.

As manifestações com que a nova geração portuguesa vem celebrando (...) este aniversário querido, em todo o território do país em que vive e principalmente nesta capital, fala bem alto, quanto outros fatos não falassem, pela definitiva afirmação do regime que, por uma manhã de outubro, implantou em Portugal a audácia e o heroísmo de algumas centenas de convencidos.

Para os brasileiros, a quem a república portuguesa ligou tanto as suas simpatias e os seus destinos, que decretou que dia 15 de novembro fosse considerado lá como feriado nacional, este natalício de uma democracia que nasceu sob os olhos amigos da nossa, deve ser igualmente um dia de júbilo.

Saudemos a jovem e futurosa república, necessária transformação social de um país a que nos ligam tantas tradições. Saudemos a república de Portugal, irmã da nossa pelos mesmos tardios e perturbadores vaticínios e ataques, ente os quais atravessa, como atravessamos. Saudemos a sua vitória.

Ela aí esta; ela aí fica.110

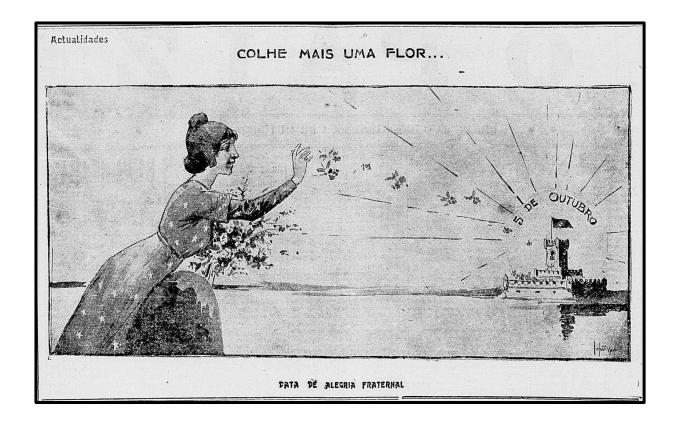
A passagem do segundo 5 de Outubro foi igualmente festejada pelo *País*, ressaltando que Portugal se tratava de "uma nação gloriosa", que, "vivendo sempre, desde a sua fundação, em contínuas dificuldades, se saía delas sempre bem e com dignidade". Diante disso, considerava que tal premissa era

_

¹¹⁰ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1911.

comprovada pela "proclamação da república na velha e gloriosa terra dos Gamas, dos Castros e dos Albuquerques". Apontava que não seria "possível que o povo português" um "povo de conquistadores audazes e triunfantes, continuasse acarneiradamente a sofrer um jugo que repugnava à sua índole independente, ao seu passado heroico, às suas tradições de civismo e aos seus anelos de progresso". Nessas condições, demarcava que "esse povo tinha de vencer, de triunfar, de viver pela fatalidade inelutável das coisas e dos acontecimentos", o que teria se confirmado na "memorável jornada de 5 de outubro de 1910". Ainda explicitava que não importavam as lutas, as dissidências, os erros, e sim "que o povo viva e seja livre", o que teria sido feito pela república. Dessa maneira, o periódico saudava "a antiga metrópole, hoje nossa irmã pela língua, pelas tradições, pelo espírito e pela democracia". No que tange à representação imagética, a folha dizia que Portugal "colhe mais uma flor", naquela "data de alegria fraternal", mostrando a dama republicana brasileira lançando através do oceano pétalas em direção à Torre de Belém, encimada por um sol nascente identificado com o 5 de Outubro¹¹¹.

¹¹¹ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1912.



A república portuguesa em seu 3º aniversário foi ilustrativamente designada a partir de uma figura feminina que sustentava as bandeiras nacionais portuguesa e brasileira, olhando em direção ao velho cavaleiro, uma tradicional representação de Portugal. Além disso, uma coluna destacava que "o povo português festeja hoje o terceiro aniversário do advento da república nesse país sublime, berço de nossos antepassados", no qual "as odiosas instituições monárquicas e clericais pareciam ter o seu domínio eterno". Ressaltava que a

república portuguesa é o fato de maior grandeza dos últimos tempos, e que, de uma forma brilhante,, veio demonstrar ao mundo civilizado e culto" e "aos povos sedentos de liberdade e justiça, que, quando se fazem essas transformações políticas, se rompe de um modo radical os erros e preconceitos do passado", de modo que se cortavam "as raízes das plantas mais daninhas, que pretendem dominar eternamente". Defendia também que foi "nesse período brilhante da história portuguesa que vimos a grandeza, o talento, a ilustração, aliados ao bom senso político, que demonstraram ter os portugueses"¹¹².

¹¹² O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1913.



Trazendo o retrato do presidente português, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue, a publicação enaltecia o quarto aniversário da passagem do 5 de Outubro por meio de um artigo¹¹³. A ação do "pequeno Portugal " na Guerra Mundial também era destacada por meio de ilustração¹¹⁴.

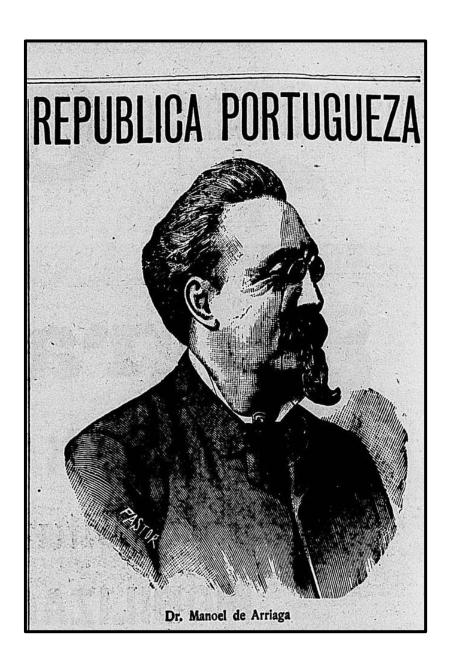
O nobre povo português festeja hoje uma grande data. Faz quatro anos que, derrocado o regime monárquico, numa ação rápida e decisiva, acentuadamente afirmadora dos intuitos e dos desejos de todas as classes que compõem essa raça forte e viril, o governo republicano foi estabelecido por entre as mais expressivas demonstrações de entusiasmo.

Proclamada a república, cimentando-a com um generoso derramamento de sangue, em combates vários e violentos, onde o ardor e a valentia do heroico povo lusitano foram mais uma vez postos em prova sobejamente, de parte a parte; consolidando-a, depois, com uma sábia orientação política, em que as desavenças, os interesses diversos, as pretensões diferentes foram postos à margem, só ficando de pé uma preocupação única, a garantia do regime e, como consequência, o engrandecimento da pátria, os portugueses deram ao mundo uma demonstração ampla e convincente de todas as magníficas qualidades de civismo, de inteligência e de patriotismo de que dispõem e com as quais figuram brilhantemente entre as grandes nações civilizadas.

Pequenos no número e na extensão territorial; grandes, porém, na epopeia gloriosa da sua vida histórica, os bravos filhos do velho Portugal souberam, neste curto espaço de tempo, acalmar a agitação que se produziu, como era natural que se produzisse, no cenário da vida nacional, depois de uma tão grande transformação política, e, hoje, seguros do seu destino, dominado pela fé inabalável de que serão sempre vencedores no ideal patriótico que estão cumprindo, marcham para a frente, prestigiados e fortes, considerados e felizes.

¹¹³ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1914.

¹¹⁴ O PAÍS. Rio de Janeiro, 6 out. 1914.





A posse do novo presidente português, Bernardino Luís Machado Guimarães, cuja fotografia era estampada, e os festejos comemorativos em Portugal e no Brasil eram os temas principais na comemoração do quinto aniversário. Segundo o jornal carioca, "depois de oitenta anos de um regime mal orientado e retrógrado, sem servidores convictos nem conselheiros leais e sinceros, o velho Portugal, que todos consideravam decrépito e arruinado, sem força nem prestígio", ressurgira "como a Fênix das próprias cinzas, banindo para sempre do seu solo uma monarquia que o levava à bancarrota, à morte certa como nação livre, independente e de gloriosas tradições a zelar e a fazer respeitar". Explicitava ainda que, "pelo esforço heroico do seu heroico povo, pode Portugal ver implantado um novo regime de igualdade e principalmente de moralidade", de modo que todos estariam "sentindo a influência benéfica da república", com "a honestidade entrando de vez na administração do Estado, os governos preocupando-se com o bem-estar do povo" e com alguma coisa mais do que com o engrandecimento pessoal" como "os governos da nobre nação portuguesa apenas fizeram em relação ao poder real". A folha chegava a reconhecer que a novel república vinha passando por agitações, caracterizandoas como "como consequências naturais da profunda modificação ocorrida", mas que permaneceria a certeza de "Portugal progride sob todos os aspectos que se encare o seu progresso, e essa obra deve-se incontestavelmente à república"115. em alegoria o presidente recém-empossado agradecia na companhia da dama republicana¹¹⁶.

-

¹¹⁵ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1915.

¹¹⁶ O PAÍS. Rio de Janeiro, 6 out. 1915.

QUINTO ANNIVERSARIO DA REPUBLICA PORTUGUEZA

A posse do novo presidente da Republica, Dr. Bernardino Machado

PENTESON CONDENORATIVOS — EN PORTICAL E NO BRANLI

Hoje, ás 8 horas e meia da manna, fez precinamente ciuco annes, que foi proclamada a Republica em Portu-

Depois de oltenta annos de un regines mal orientado e retrogrado
sem servidora concisios, nem coluheliros lecas e disconderavam de
tempos e arminate, com force noprostigio, recurgia, como a Piccai
das propriste cianzo, tanisdo para
gue o levava a bancatoria, à morcerta como ancio lurze, independen
te de giorione, tradiciore a selar e
faner resportius.

Polo cefroya herotos do señ netro espero, polo Proteira de vinidade de um area recinera de indicado de um area recinera de indicado de um area recinera de indicado. El claro anuma que, horarea ceitado. El claro anuma que, horarea ceitado. As beneficios da Republica, a homenidad de vez na odiministração a Estado, os governos processimados em a bear otar do paro, em alé ma como maior do paro, em alem como maior de paro de como de la como de la como de parte procesa, como de parte procesa, como de parte procesa, como de parte procesa, como parcen de activa de portugueza apenas fiferam em rei do ao polet resultado.

A vida da Republica tem sido, e certo, até certo ponto agitada. Mas Tedo nos reva a annema coa esperança. Não falemos da sua obrade propaganda, nem nos seus servicos à monarchia. Limitemo-nos á sua acção nectes ultimos ciaco annes. Proclamada a Republica, o Dr.

accio nestes utilmos ciaco amass.
Fraciamada a Republica, o Dr.
Bernardino Machado occupou a paind on ispocios estranseiros, em que
tratedinos com anor, dedicação e patrictiamo impustaveia, removendo
estrategicale.

que foi das mais aniutares para a
Republica.
O sea trabalho diplomatico, até ao

reconhecimento da Republica pelas potencias, foi phenomenal, podendo conseguir a assignatura do "modus-vivenili" com a França e a Italia, ainda no tempo do governo pravi-

Eleito deputado 5. Constituinte, passou para o Seado, quando do decidoramento da Assembléa Nacional das duas cavas do Congression. De la constitución de Pertugal no Rio de Junicio de Pertugal no Rio de Junicio.

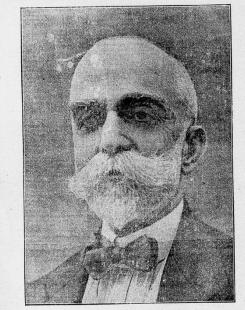
Os zerviços que à sua parra pro stou como representante de Portugo no Brazil, são verdadetran:ente inesti a mayels, e entre elles podem citar-se extraordinaria, afim de que o governo ficasse autorizado a decretar a intervenção militar de Portugal na guerra, quando o julgasse opportuno.

Pol tambem chefa, de enthusiamo em sensão e delia mán o governo habititado a declarar a guerra 4 Albiernanha, quando quitesses. A attitude do ministerio Bernardino Machado, que até entice era apidado por a ser a dabia a respeito da intervenção de Portugal ma guerra, e dad i resultou uma furicea campanha, política, em que o seu nome foi esevivido e que

O decreto, que fez promulgar, ordenando a mobilização de uma divisão militar em pé de guerra, serviu de pretexto para que um deputado democratico isterpelhase o governo sobre os termos pouco claros em que

O Dr. Bernardino Machado recusou-se a dar explicações sobre o assumpto, que considerou gravissimo, e apresentou ao presidente Arriaga a demissão collectiva do gabinete. Foi lato, no fim de anno 2018640.

Quando da dictadura de goneral Pimenta de Castro, a acção do Dr. Bernardino Macinado fel igualmente decisiva e energica, pois póde bem dizer-se que commandou a reacção dos partamentares do partido democratico contra a attitude do governo.



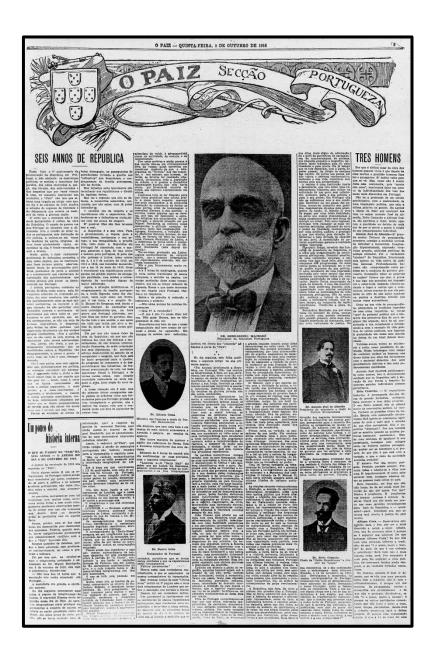
Dr. Bernardino Machado

(Photographia recente



Por ocasião do 5 de Outubro celebrado no ano de 1916, O País ocupava uma página inteira que correspondia a "Seção portuguesa", fazendo referência aos seis anos da república e trazendo a fotografia do presidente e de vários homens públicos lusitanos. No texto da matéria, o periódico demonstrava preocupação com os reincidentes movimentos restauradores com os quais Portugal vinha sendo ameaçada, além da própria Guerra Mundial que assolava a Europa. Nesse sentido, demarcava que não iria "falar da obra da república", nem "das suas leis liberais e moralizadoras, da sua honesta administração financeira, da sábia orientação dos seus diplomatas, do patriótico esforço desenvolvido no sentido de se reorganizar o exército", que estaria se mostrando "preparado para a guerra"; nem se referiria ao "progresso do comércio" e ao "desenvolvimento das indústrias", ou mesmo à "fraternal preocupação de cada vez mais aproximar Brasil e Portugal"; além "de tantas outras coisas, cujo simples enunciado redundaria no mais rasgado e, aliás, justo elogio do novo regime". Assim, em conclusão, dizia que a sua intenção seria a de "deixar consignados os ardentes votos que formulamos para que Portugal prossiga na rota triunfante e gloriosa, que o destino lhe traçou", a qual conduziria o país aos dias de esplendor de outras eras"117.

¹¹⁷ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1916.



A homenagem do diário brasileiro na oportunidade do sétimo aniversário republicano recairia sobre o embaixador luso Duarte Coelho, cujo fotografia era publicada. Na "Seção portuguesa" da mesma edição aparecia o retrato do presidente, junto da bandeira, do escudo e do barrete frígio alusivo à forma de governo celebrada. Além disso foi apresentado um artigo demarcando a relevância do regime instaurado em outubro de 1910, defendendo-o ardorosamente em relação a seus detratores:

Já ouvimos algures afirmar que a revolução de 1910, em Portugal, tinha sido um motim sem importância, um chinfrim vulgar, triunfante apenas pela indecisão de alguns, pela timidez de muitos, pela indiferença de quase todos os que tinha à sua responsabilidade a guarda e manutenção do regime monárquico, carcomido havia muito, e de ano para ano evidenciando cada vez mais os sintomas de uma inevitável derrocada.

Não é o caso de averiguarmos neste momento se a revolução, que há precisamente sete anos substituiu a forma política por que se vinha governando o nobre, altivo e heroico povo de que descendemos, assumiu tais ou tais proporções, indo até à tragédia, como a revolução francesa e mais recentemente a revolução russa, ou não passando de uma modesta arruaça, em que houvessem tomado parte alguns populares, auxiliados por uma dúzia de soldados e número pouco maior de marinheiros. Melhor houvera sido, com efeito, que de um singelo motim não tivesse passado... Menor seria o número de vítimas.

Mas, não. A revolução de 5 de outubro de 1910 foi qualquer coisa de empolgante e de grandioso, em que o povo português mostrou o ardor das suas convicções republicanas, a sua decisão, a sua heroicidade, a sua fé ardente e inquebrantável nos destinos da pátria, a sinceridade dos ideais políticos que o norteavam, a certeza plena e felizmente confirmada de que Portugal, sob um regime de liberdade e de patriotismo, de honestidade e de fomento, viria de novo a alcançar entre as potências o lugar de destaque que lhe era marcado pela sua civilização e a que tinha direito pelos seus feitos, pela sua história.

É esta a nossa opinião, é esta a opinião do *País*, jornal de tradições franca e abertamente republicanas, e que, como tal, desde a primeira hora não soube, não pode, nem quis esconder a sua enorme simpatia, a sua leal solidariedade com a causa que os revolucionários do 5 de outubro fizeram triunfar, e que nesta hora grave para a nacionalidade portuguesa, todos aceitam e ninguém discute, por um alto sentimento de compreensível e louvável patriotismo.

Há sete anos que Portugal vem rejuvenescendo, ao sopro vivificador e nobilitante da democracia. E, feito o balanço deste período relativamente curto, ninguém de boa fé negará que Portugal lucrou imenso com a remodelação que sofreu.

Teria havido erros, teria havido excessos. É possível. Mas, qual o país que não os sente, qual o povo que os não pratica, após tão profundas transformações.

A república portuguesa, hoje perfeita e definitivamente consolidada, tem o campo aberto – vasto campo, por sinal – para se guindar às culminâncias do progresso e do engrandecimento, voltando a ser Portugal a nação forte e poderosa que já foi, não como país conquistador, que não pretende ser, mas como nacionalidade rica pelo seu crédito e pelo aproveitamento oportuno e completo do seu vasto território colonial; como país poderoso que se sabe organizar, que se sabe defender, dispondo de um povo heroico, sóbrio, resistente, trabalhador e honesto, como poucos, e invejavelmente vivo, perspicaz e adaptável.

A revolução de 5 de outubro sacudiu-lhe os nervos; a guerra excitou-lhe os brios, e o povo português saiu, enfim, do marasmo a que a monarquia o lançara, pelo desvario, pela incontinência política dos seus homens públicos, desvarios e incontinências a que o povo saberia igualmente por cobro (...) se os políticos da república a eles quisessem regressar.

Estamos, porém, convencidos que isso não acontecerá, pois que o patriotismo é, como já acentuamos, a bússola que está de fato norteando a política em Portugal, para o que fundamentalmente contribuiu a intervenção militar portuguesa na grande conflagração, onde as tropas lusitanas se estão cobrindo de glórias, como, aliás, era de esperar dos seus soldados, tão heroicos, e como tal tão celebrizados. ¹¹⁸

¹¹⁸ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1916.





No ano de 1918, o 5 de Outubro, apontado como "um dia histórico" foi divulgado através de texto publicado na "Seção portuguesa" do País. Em tal coluna era explicado que a efeméride naquele momento não seria comemorada "como nos primeiros anos, em que o critério político e partidário predominava, mas com um cunho amplamente nacional". De acordo com o jornal, tal modificação adviria do convencimento de todos de que, a partir da participação lusa na "luta internacional exigia todas as dedicações e todos os sacrifícios, não devendo ser perturbada por querelas nacionais". Nesse sentido, destacava que, fossem quais fossem "os interesses pessoais e partidários que dividam a família portuguesa", haveria "um interesse comum" que deveria uni-la, ou seja, "o da querra internacional, que é o interesse da pátria, na sua mais alta expressão"119. Já no ano seguinte, o destaque era a retomada das comemorações, tendo em vista o término da conflagração bélica mundial. Além disso, a "Seção portuguesa" dava ênfase à posse do novo presidente Antônio José de Almeida, cuja fotografia era inserida, assim como a do almirante João do Canto e Castro Silva Antunes Júnior, que deixava o cargo naquele momento. Tendo em vista tal realocação na presidência, o diário ressaltava que aquele nono aniversário teria "uma significação política que sobreleva à significação de regozijo oficial ou partidário do costume"120.

¹¹⁹ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1918.

¹²⁰ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1919.

5 DE OUTUBRO

O 9º anniversario da Republica — A posse do novo presidente Dr. Antonio José de Almeida — As manifestações em Portugal e no Brasil.

Commemora-se hoje o 9° anniversario da proclamação da Republica Portugueza, que teve logar em 5 de outubro de 1910.

Nos uttimes annos, .durante a guerra, os governos portuguezes, que costumavam festejar esta data historica e fundamental das actuaes instituições, resolveram adiar as manirestações de caracter festivo, substituindo-as por manifestações de caracter beneficente.

A guerra, porém, terminou, pelo que o actual governo resolveu reatar o costume republicano de festejar este dia solemne e officialmente. Sempre os representantes de Portugal no Brasil reflectiram a orientação do governo, pelo que, nesta cidade, antes da guerra, foi sempre commemorado officialmente pelas autoridades portuguezas o dia de hoje, excepto no periodo da guerra, isto é, durante o tempo que aqui esteve o Sr. embaixador Dr. Duarte Leite, agora de heenca em Portugal,

E' por isso que o illustre e bemquisto Sr. encarregado de negocios Dr. Cesar de Sonza Mendes, e a senhora Souza Mendes, dão recepção noje, no palacio da embaixada de Portugal.

O anniversario da proclamação da Republica tem este anno uma significação política que, de todo em todo, sobreteva á significação de regosijo official ou partidario do costumo.

E' que, coincidindo com esta data, toma posse o novo presidente da Republica, Dr. Antonio José de Almeida, sym davida, uma das mais prestigiosas figuras do antigo partido republicano e em quem a maioria do patz, adversarios e correligionarios, põe as mais fundadas esperanças de apaziguamento na familia portugueza, tão dividida nestes ultimos nove

Ao Dr. Antonio José de Almeida vai caber a mais alta e mais ardu: terefa - conciliar, conciliar acima de tudo, unica politica urgente no incerto momento que atravessamos.

As perturbações continuas e naturaes, continuas porque em nove aunos já attingiram a elevado numero e naturaes porque sempre h uma transição revolucionaria se dão multas e varias agitações, até conciliar o espírito do passado com o es picito do futuro; as perturbações

-Dr. Sidonio Paes -Contra-almirante Canto e Castro

-Dr. Bernardino Machado

Nenhum delles esteve no poder os quatro annos presidenciaes. O Dr., Manoel d'Arriaga renunciou antes mandato. O Dr., costa commenora hoje o anniversario da proclamação da Republica. Theophilo Braga esteve npenas no pelo Sr. consul de Portugal, sendo poder para precentere o tempo que cardo official o Sr. Albion Bastos. Após n seesão, terá inicio um grandatire. quatro annos presidenciaes. O Dr.

Gremio Republicano Portuguez

O Gremio Republicano Portuguez commemorando a data da procha-mação da Republica, realiza hoje, as 20 1/2 horas, uma sessão solemne, presidida pelo Sr. consul de Portugal, e assistida pela missão militar portugales.

gai, e assistida pela missao mintar portugueza. Uzarão da palavra, além do orador official, os Srs. Dr. Gilberto Amado e Castro e Silva. O salão do Gremio será bellamen-

te ornamentado, e tocará a banda do corpo de bombeiros.

Comparecerá a esta festa o escri-ptor Sr. João do Rio, a quem será offerecido o diploma de socio hono-

Centro Portuguez Dr. Affonso Costa

O Centro Portuguez Dr. Affonso





Em 1920 a celebração da efeméride lusa foi mais contida, restringindo-se a uma nota, mas sem deixar de lado o enaltecimento à forma governamental inaugurada em Portugal dez anos antes:

O sentimento republicano é dos mais antigos, profundos e sinceros do Brasil. Por isso mesmo a data que o velho e glorioso Portugal hoje celebra e que marca o advento das adiantadíssimas instituições, sob as quais vive, é particularmente cara aos corações brasileiros.

A obra realizada pela república portuguesa, em poucos anos, é simplesmente brilhante e prova que estão bem vivas as qualidades de energia que são um dos apanágios da nossa praça.

Em primeiro lugar, vencendo inúmeras dificuldades oriundas de dissentimentos internos, pois uma monarquia tão velha quanto a lusitana não podia deixar de ter raízes, a república consolidou-se, tornando-se a forma de governo definitiva, que corresponde às necessidades e aspirações nacionais.

Estalando o conflito europeu, a república, sem a menor hesitação, colocou Portugal ao lado da boa causa, de acordo com as suas tradições de civilização, de heroísmo e de lealdade. E os soldados do glorioso país traçaram algumas páginas épicas entre as quais narram a luta nos campos da França.

Tendo realizado essa obra essencial de consolidação e assim reafirmando o valor do país no concerto internacional, a democracia portuguesa há de galhardamente resolver os problemas econômicos de ordem interna, que não são, aliás, meramente locais e afligem quase todo o resto do mundo.

Esse prognóstico nada tem de exagerado, quando se considerem a vitalidade exuberante e as altas qualidades da raça de que o Brasil é a feliz projeção para além do Atlântico.

Ainda neste momento à frente do governo de Portugal acha-se o notável homem de Estado, o Sr. Antônio José de Almeida, que foi um dos mais devotados e eficientes fundadores da república.

Só esse nome é a segura garantia de um período de dedicação à causa pública, de trabalho e de reconstrução social e econômica.

Aos votos de felicidade que o Brasil dirige hoje, unanimemente, ao glorioso país a que estamos unidos pelos indestrutíveis laços de sangue e de língua, juntamos os nossos, muito especialmente apresentados ao ilustre embaixador Sr. Duarte Leite. 121

No ano seguinte, o 5 de Outubro recebeu uma nota por parte do jornal carioca, mas que, apesar de breve, não deixou de ser uma peremptória defesa do regime vigente em Portugal:

Observadores superficiais ou inconscientes – se é que tal gente merece o nome de observadores – dos fenômenos políticos e sociais, costumam referir-se a Portugal, com inteiro desconhecimento da verdade histórica atual, como o país em delinquência, que agoniza em estertores longos nas sucessivas revoluções que desde o advento da república até aos nossos dias volta e meia sacodem a velha nação.

É de longe, entretanto, do Brasil, mais que do próprio território português, que essas crises políticas podem ser vistas na sua verdadeira expressão. Em Lisboa, no Porto ou em qualquer outra cidade lusitana, os interesses, os ódios individuais tiram aos homens a faculdade de discernir os fatos com espírito sereno, que já não acontece de longe, onde, fora do torvelinho redemoinhante das paixões, o observador pode conservar-se imparcial e julgar, portanto, no seu justo valor os acontecimentos.

Ora, pra quantos aqui conhecem o país irmão por terem visto, mesmo sem conhece-lo, conhecem contudo sua índole nacional, que é a nossa com um pouco mais de combatividade e ardência, verificar dia a dia não a delinquência, não o regresso, mas, muito ao contrário disso, o renascimento, a ressureição do grande povo.

A data da proclamação da república não marca apenas no país o advento de regime político novo; a sua significação é mais alta: ela fixa, para Portugal, o começo de nova era, de estupendo progresso, em que a nação, esquecida de si própria

¹²¹ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1920.

durante séculos, acorda de novo para a vida, consciente das responsabilidades do seu passado e das esplêndidas possibilidades do seu futuro.

Claro está que, tendo o regime monárquico prevalecido perto de um milênio, a república não pôde ser ali definitivamente estabelecida sem lutas acirradas, em que, de um e de outro lado, patriotas bem intencionados procuram por todos os meios conduzir o país à forma de governo que mais útil se lhes afigura. Tal estado de perturbação social tende, porém, a passar. A nação, que ainda há pouco se levantava em peso para acorrer em defesa da justiça, sem outros ideais, sem outras ambições que a de assegurar ao mundo a vitória do direito, compreende já as altas vantagens morais que das instituições republicanas advêm ao país, e recomeça, nas cidades e nos campos da pátria renascida, a lavrar, a semear a terra fértil e boa, onde, como no passado, tantas messes de fartura e beleza hão de florir e frutificar, para glória da raça e edificação dos homens. 122

À passagem do décimo primeiro ano da instauração republicana entre os lusos, o periódico brasileiro ressaltava que "o povo português comemora hoje, com manifestação de íntimo júbilo, o aniversário da implantação do regime republicano". Levando em conta tal contexto, dava relevo à perspectiva pela qual se fazia "sentir nitidamente quanto as instituições vigentes no país amigo se radicaram já no espírito popular". Nesse sentido, considerava que, "em Portugal, como no Brasil, já agora só a república é possível", pois "a evolução social completou-se, lá como cá", de maneira que, "lá como cá, o povo não pode sequer compreender a ideia do restabelecimento do velho regime monárquico". A folha garantia que, "serenadas as lutas violentas dos primeiros tempos, dominados inteiramente os simulacros de revoluções contrárias à república,

¹²² O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1921.

que, há alguns anos, volta e meia faziam vibrar os fios telegráficos mais do que as almas", Portugal teria entrado "já na fase construtora e luminosa de trabalho ativo e contente". De acordo com tal perspectiva, sustentava que "todo o país se levanta em surtos admiráveis, realizando, sob a direção dos estadistas republicanos, formidável obra de progresso moral e material", nos quais "o tempo perdido com os últimos longos anos de monarquia, se ressarciram esplendidamente"¹²³. A transição presidencial era a tônica da edição que enalteceu o 5 de Outubro do ano de 1922, com as fotografias do presidente que deixava o cargo e do outro que assumia, estampadas na primeira página. Em matéria textual, a folha apontava a relevância daquela investidura política, voltando a buscar dar ares de legitimação à evolução republicana portuguesa¹²⁴:

A repercussão internacional que tem o ato da investidura do senhor Teixeira Gomes nas funções de primeiro magistrado da república portuguesa, as festas com que todas as classes e todo o país estão celebrando o auspicioso acontecimento, tudo reverte um prestígio e autoridade para Portugal e para o regime político que há 13 anos, por entre ásperas lutas, próprias de uma transformação tão radical, vai seguramente reconstruindo a gloriosa nacionalidade, nossa ascendente.

Nós, brasileiros, nunca desesperamos dos destinos superiores da democracia portuguesa, porque nunca nos impressionaram de modo pessimista e depressivo os violentos antagonismos resultantes da implantação das instituições republicanas num país de secular tradição monárquica.

Necessariamente, a consolidação do regime não se poderia fazer a salvo de explosões de rivalidades, que, vezes várias, apelaram para a última palavra da revolução armada. Nem podia deixar de ser assim numa sociedade onde era patente o conflito gerado pelas ideias políticas e sociais de uma velha propaganda tenaz, que

¹²³ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1922.

¹²⁴ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1923.

evoluiu normalmente, criando dois campos definidos, correspondentes a duas convicções fundamentais e inconciliáveis, que fatalmente se chocariam pelos meios de violência no dia em que a dominante perdesse o "controle", a posse das posições, diante da escalada destemerosa dos que vinham arrebatar o país a uma decrepitude política em flagrante contradição com as potentes energias e altas aspirações da raça.

Nós bem compreendemos que, longe de deprimirem, comprometerem no conceito do mundo o nome de Portugal, esses conflitos evidenciaram a integridade do caráter português, a cultura cívica do seu povo, razão de ser das discrepâncias intransigentes entre republicanos e monárquicos. Não se verificou lá o fenômeno assaz desolador do adesismo em massa ou do indiferentismo displicente e comodista; isto sim, poderia repercutir fora como sintoma de aviltamento do nível moral da nação portuguesa, onde, ao contrário, desde o começo, as opiniões se extremaram em divergências relutantes, pugnando cada qual pela sua fé com a maior intrepidez pessoal e com o mais alto objetivo patriótico. (...)

Tudo isso foram explosões que seriam inevitáveis em qualquer país de vida exuberante e povo ardente, como é Portugal, em qualquer país onde instituições novas carecem de consolidar-se em contato com velhos e insubmissos preconceitos e, pois, em luta aberta contra adversários indesarmáveis.

O Brasil atravessou um decênio de conflitos e inquietações sob a república. não poderíamos de modo algum deixar de compreender e explicar a situação de Portugal (...).

É de crer que o período experimental das instituições passou, sem que, felizmente, se extenuassem as energias nacionais.



O artigo denominado "Festa da república portuguesa", ilustrado com a fotografia do presidente Teixeira Gomes, foi publicado em homenagem ao décimo quarto aniversário do 5 de Outubro, trazendo uma versão elogiosa para a conjuntura lusa republicana¹²⁵:

A república portuguesa comemora, hoje, mais um aniversário de sua proclamação. No decorrer de poucos anos, Portugal, sob o novo regime, tem afirmado, através das lutas que tem sofrido, energia excepcional, revelando, de tal sorte, que a seiva vigorosa da raça é a mesma e que o povo continua preso aos mesmos ideais de liberdade e patriotismo.

Dia a dia os lusitanos se retemperam e procuram, por atos de coragem e decisão, como fazem nas conquistas do ar, a magnífica continuidade histórica dos seus maiores que perpetuaram a pequena pátria, através dos brilhantes séculos dos descobrimentos, na grandeza imortal dos feitos heroicos.

Das velhas civilizações mediterrâneas, Portugal é uma das que mantêm integra e cheia de vida a essência mesma do gênio latino. A audácia realista e o surto lírico nele se aliam e formam a unidade expressiva e característica em que a força se funde e corporifica com o próprio ideal.

Pela festa de hoje, enviamos à gloriosa nação irmã e ao ilustre chefe da república portuguesa, os votos ardentes e cordiais do nosso afeto e admiração.

¹²⁵ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1924.

5 DE OUTUBRO

FESTA DA REPUBLICA PORTUGUEZA

As commemorações nesta capital

A Republica portugueza commemorra, hoje, mais um anniversario de sua prociamação. No decorrer de poucos annos, Pontugal, seb o novo regimen, tem aftirmãdo, através das juctas que tem soffrida, heregia excepcienal, revelânde, de tai sorte, que e pove continua preso aos medace idênes de liberdade e de particismo.

triotismo.

Só ingressarão na séde os socios munidos da carteira de identidade e ram e procuram, por actos de co- recibo de setembro e os convidades,



Na edição de 1925, o periódico carioca limitou-se a divulgar as atividades alusivas ao aniversário da passagem dos três primeiros lustros da instalação da república portuguesa¹²⁶. Já no ano seguinte, foi publicada a nota "5 de Outubro", que informava que "passa hoje o 16º aniversário da proclamação do regime republicano em Portugal". De acordo com o jornal, "o período republicano na vida da nação portuguesa diz bem a vibração do seu povo – em prol de um ideal maior – que não tardará a ser conseguido". Previa que viria a caber a Portugal "o lugar que lhe compete, pelas suas tradições, seus heroísmo e sua cultura", uma vez, diante de uma "crise de renascimento, a vitalidade do povo português se reafirmou de modo brilhante e pode-se assegurar, vencedor pela grandeza do futuro de Portugal"127. Diante da passagem dos dezessete anos da proclamação da república lusa, O País argumentava que, "apesar das vicissitudes por que têm passado as instituições republicanas em Portugal, ou precisamente por isso, o sentimento nacional ali cada vez mais se fortalece em torno do novo regime", o qual "tem sido galhardamente defendido nas duras provações pro que tem passado". Na mesma linha, defendia que "todos os portugueses afinal", estando "unanimemente empenhados em um só objetivo de conquistar a felicidade de sua pátria, sentem a necessidade de reconduzi-la ao trabalho fecundo, apagando as paixões partidárias e abrindo-lhe, assim, novo ciclo de paz e de fortuna". Também considerava que "tudo indica que é chegado o momento histórico desse despertar das forças construtoras da raça, na obra magnífica de

¹²⁶ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5-6 out. 1925.

¹²⁷ O PAÍS. Rio de Janeiro, 4-5 out. 1926.

consolidação da própria pátria", através do "sentimento da ordem", do "trabalho pacífico" e da "ação serena, mas forte, do civismo de seus filhos" 128.

Com a publicação do retrato do presidente Antônio Oscar de Fragoso Carmona, foi apresentada a coluna intitulada "Uma data de alta significação para Portugal", divulgando "as festivas comemorações do 5 de Outubro e a sua repercussão fraterna entre nós", ao afirmar¹²⁹:

Está em festas, hoje, a nação portuguesa. A vitória definitiva do regime pelo qual, havia tantos anos, batalhavam alguns dos mais ilustres representantes da cultura e do patriotismo portugueses, encontrou o seu ambiente propício na gloriosa alvora de 5 de outubro.

Apesar dos obstáculos e acidentes que têm salteado a vida da nova república, ela se tem afirmado de maneira bastante a considerá-la identificada com as aspirações e os ideais da maioria da nação.

Uma data assim significativa para a velha nacionalidade lusa não podia, de modo algum, ser indiferente a nós, brasileiros, tão profunda e imorredouramente ligados, por laços de sangue e de idealismo histórico, ao povo glorioso da península. Desligados os laços políticos que nos faziam idênticos os destinos, nem por esse motivo, que representa uma necessidade histórica perfeitamente natural e compreensível, alijamos todo o precioso tesouro de cultura, de heroísmo e de capacidade civilizadora que recebemos dos homens de estirpe imortal dos Vasco da Gama e dos Nunalvares.

Ao longo de século e tanto que já nos separam, politicamente, da nação portuguesa, jamais desmentimos o nosso passado e a fraternidade harmoniosa que sempre nos prendera.

Por isso mesmo o 5 de Outubro, pela sua alta significação para a alma portuguesa, tem, no Brasil, repercussões felizes, que bem atestam a equivalência dos nossos sentimentos e a paridade dos nossos princípios democráticos.

¹²⁸ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1927.

¹²⁹ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1928.



"O dia de Portugal" foi publicado em 1929, abordando "o 5 de Outubro e sua feliz significação". Na abertura da matéria, o jornal ressaltava as tantas "razões que nos prendem à nobre gente lusa", que não seria possível à "consciência nacional esquecer as grandes datas da pátria portuguesa", as quais seriam, "por esses mesmos imperiosos motivos, datas gratíssimas ao coração dos brasileiros". Dentre elas ressaltava o 5 de Outubro, que teria "relevo especial e brilhantismo", por demarcar "a última etapa de uma série impressionante de esforços, de sacrifícios, de heroísmos sem número que a velha nação lusa" procurara "reformar o seu sistema de governo, para atender melhor às aspirações de trabalho, de progresso, de bem estar". Ressaltava a "profissão de fé republicana" do "povo português", tanto que, em 1910, levantara-se "a nação em peso, ciosa dos seus direitos de pensamento e de liberdade", de maneira que, "depois de tantos anos de consolidação e de prova, o novo regime impôs-se definitivamente á consciência nacional portuguesa", tanto que "as alegrias desta data são sobremodo expressivas da consciência de ritmos entre esse regime e a alma da nacionalidade. Em relação ao Brasil, a folha garantia que o país "celebrará, com solenidades muito expressivas a grande data da nação irmã", em um quadro pelo qual "tanto o seu governo como o seu povo saberão dizer ao governo e ao povo de Portugal, o quanto essa data repercute em movimentos de imperecível beleza, na terra a que a velha nação europeia deu o melhor do seu sangue e da sua alma"130. Preocupado em defender a posição legalista diante da revolta que espocava, no 5 de Outubro de 1910, O País limitou-se a divulgar em

¹³⁰ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1929.

brevíssima nota os atos alusivos à data¹³¹. Em seguida viria o empastelamento e a suspensão das edições do periódico, que não circulou em 1931 e 1932, retornando apenas em 1933, em período posterior à data cívica republicana portuguesa. Já nos seus estertores, em 1934, o diário carioca publicou pequena coluna intitulada "O aniversário da proclamação da república portuguesa", lembrando que a data em questão assinalara "a efeméride que, há vinte e quatro anos, os nossos irmãos portugueses marcaram nos anais da sua fúlgida história, com a queda da monarquia", a qual, "através dos séculos conduzira o país em momentos de glória e esplendor". Destacava ainda que, "nascida como imposição da consciência política do povo, a república portuguesa alargou os direitos dos cidadãos, sem deixar de manter o prestígio da nacionalidade perante o concerto das nações"¹³².

Assim, ao longo das praticamente duas décadas e meia que se seguiram ao 5 de outubro de 1910, *O País* buscou ressaltar o papel que a implantação da república teria estabelecido para os destinos da nação portuguesa. Da mesma maneira que os jornais republicanos portugueses procederam a partir de 1889, aplaudindo e defendendo a nova forma de governo brasileira, intentando justificar as agitações internas como elementos comuns a um regime em instauração, o diário carioca desempenhou um papel extremante similar, levando em frente a proposta de legitimar a república em Portugal, naturalizando as crises e enfatizando os progressos que o país teria realizado

_

¹³¹ O PAÍS. Rio de Janeiro, 5 out. 1930.

¹³² O PAÍS. Rio de Janeiro, 6 out. 1934.

desde 1910. Como um doutrinador republicano, *O País* não poupou esforços para demonstrar as benesses oriundos da ação da dama do barrete frígio, visando a honrar aquilo a que se propunha e expressava em suas próprias palavras, no sentido de que, na condição de "jornal de tradições franca e abertamente republicanas", desde o início, não escondeu "a sua enorme simpatia, a sua leal solidariedade com a causa que os revolucionários do 5 de Outubro fizeram triunfar".



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.











edicoesbibliotecariograndense.com IBSN: 978-65-5306-066-1